

Aula 01

*TCE-MS - Atuação do Estado no
Domínio Econômico - 2021 (Pré-Edital)*

Autor:
Celso Natale

30 de Maio de 2021

SUMARIO

1	Finanças Públicas (Economia do Setor Público)	2
1.1	Definição de Finanças Públicas	2
1.2	Abrangência	2
1.3	Objetivos (Falhas de Mercado)	10
1.4	Metas	13
2	Funções do Estado	14
2.1	Visão clássica das funções do Estado	14
2.2	Evolução das funções do Estado	14
2.3	Função Distributiva	15
2.4	Função Alocativa	16
2.5	Função Estabilizadora	19
	Questões Comentadas	20
	Lista de Questões	44
	Gabarito	54



1 FINANÇAS PÚBLICAS (ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO)

A primeira coisa que você deve saber sobre a disciplina de **Finanças Públicas**, é que ela também é chamada de **Economia do Setor Público**.

Mas, infelizmente, não é tão simples assim. É comum as bancas chamarem de “Finanças Públicas” uma verdadeira sopa de disciplinas que inclui, além da “verdadeira” Economia do Setor Público, matérias como Administração Financeira e Orçamentária, Finanças Privadas e Contabilidade Pública. Aviso isso apenas para tomar cuidado com questões “disfarçadas”, mas sobre o material não precisa se preocupar, já levamos isso em consideração.

Aqui, o que você vai aprender é a abordagem econômica de Finanças Públicas, ou seja, Economia do Setor Público. Começando pelo básico.

Conceitos básicos têm esse nome porque formam a base de algo mais robusto, complexo e que, no nosso caso, cai na prova. Além disso, são bem fáceis de assimilar, tornando-se um ótimo assunto para começar.

1.1 Definição de Finanças Públicas

Hora de saber onde estamos pisando: Finanças públicas é uma área da economia que estuda o pagamento e o custeio das atividades públicas (coletivas ou governamentais), assim como a administração e o desempenho destas atividades.

O cerne da disciplina, ou seja, seu principal aspecto é a abordagem dos **recursos públicos, sua obtenção e sua aplicação**, que deve sempre ter por finalidade o atendimento das **necessidades da sociedade**.

1.2 Abrangência

Pode-se dizer que as Finanças Públicas abrangem a atividade financeira do estado. Isso é tão importante que tem até uma sigla: **AFE**.

A AFE contempla a origem dos recursos públicos (receita pública), sua aplicação (**despesa pública**) e, por fim, o resultado desse exercício: a **dívida pública**. A gestão desses elementos tem como ferramentas o **orçamento público** e no **crédito público**.

A Atividade Financeira do Estado contempla:

Receita Pública;
Despesa Pública;
Orçamento Público;
Crédito Público;
Dívida Pública.



Para executar sua atividade financeira, o Estado determina **políticas econômicas**.

Esse é um assunto tão importante que merece um tópico à parte, lembrando apenas que ainda estamos falando da abrangência da disciplina **Finanças Públicas**.

As principais classificações políticas econômicas são quanto aos **instrumentos** e quanto ao **objetivo**. Deixaremos para falar dos objetivos em tópico próprio.

Vamos ver, agora, os principais tipos de políticas econômicas, de acordo com os instrumentos utilizados pelo Estado.

1.2.1 Política Fiscal

O governo tem influência significativa na economia, pois participa ativamente dos mercados. O gasto do governo, por exemplo, é um componente relevante da demanda agregada. Em outras palavras, o governo consome, e muito!

Por isso a forma como o governo gasta pode causar grande impacto no mercado. Os tributos que ele cobra, por outro lado, geram influência indireta, pois aumentam ou diminuem a renda disponível das famílias para consumo.

A política fiscal consiste nas decisões e ações relacionadas aos gastos e arrecadações do governo, que a utiliza para alterar no nível de produto da economia.

No Brasil, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) é responsável por sua administração no âmbito federal, mas os estados e municípios também são agentes da política fiscal.

Os gastos podem ainda ser divididos em **despesas** e **transferências**. A diferença é que estas não têm contrapartida, enquanto aquelas resultam no recebimento, pelo governo, de um bem ou serviço.

Portanto, os instrumentos da política fiscal são: gastos do governo, transferência e tributação. A execução da política fiscal se dá por meio do orçamento do governo, que consiste na combinação desses três instrumentos.

Política fiscal expansionista e contracionista

Quando o governo **aumenta seus gastos (G)** ou **reduz a tributação (T)**, dizemos que ele está adotando uma **política fiscal expansionista**. Simetricamente, quando o governo **diminui seus gastos** ou **aumenta a tributação**, estamos diante de uma **política fiscal restritiva** – também chamada *contracionista*.



Contudo, trata-se de uma análise dinâmica. Em outras palavras, para dizermos que o governo está adotando essa ou aquela política, comparamos dois momentos, e a variação dos gastos ou da tributação entre eles.

A tabela a seguir relaciona alguns exemplos de políticas fiscais restritivas e expansionistas:

Políticas Fiscais	
 Expansionistas	 Restritivas
➔ Aumento no valor do Bolsa Família (↑G: transferências); ➔ Aumento dos subsídios dos servidores públicos federais (↑G: despesas); ➔ Construção de uma nova sede do Banco Central em Salvador (↑G: despesas); ➔ Redução da alíquota do Imposto de Renda (↓T: impostos); ➔ Isenção de IPI de eletrodomésticos (↓T: impostos).	➔ Recriação da CPMF (↑T: impostos); ➔ Fechamento de delegacias da Receita Federal (↓G: despesas); ➔ Aumento de idade mínima para aposentaria (↓G: transferências); ➔ Redução de créditos subsidiados ao agricultor (↓G: transferências); ➔ Criação do Imposto sobre Grandes Fortunas (↑T: impostos).

Do ponto de vista econômico, as políticas fiscais expansionistas são adotadas quando o governo deseja aumentar a demanda agregada - daí o nome expansionista. Naturalmente, isso só deveria ocorrer em momentos de demanda reprimida, ou seja, quando a demanda efetiva é inferior à oferta potencial, e a economia opera abaixo de sua capacidade.

A adoção de política fiscal expansionistas em momentos de economia aquecida, quando a demanda já é alta, causa inflação, pois o governo adiciona sua própria demanda à pressão de preços.

O contrário também é válido: a política fiscal restritiva deve ser adotada em momento de superaquecimento da economia, de forma a aliviar a pressão inflacionária. Sua utilização em momentos de baixa atividade econômica tende a agravar a recessão ou comprometer o crescimento da economia.

1.2.2 Política Monetária

Aqui estamos falando da **oferta de moeda** na economia.

A tarefa consiste basicamente em garantir que a quantidade de moeda circulando na economia seja compatível com a demanda de moeda para as transações no lado real, ou seja, para que a compra e venda de bens e serviços ocorra. O excesso de moeda pode provocar inflação, e a escassez pode desestimular a economia.



Ou seja, a política monetária consiste na regulação da quantidade de moeda circulando na economia. No Brasil, ela é formulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN, chamamos de “Cemenê”), e executada pelo Banco Central do Brasil, que detém a competência exclusiva de emissão de moeda.

O principal objetivo pelo qual o Estado faz uso da política monetária deve ser o bem-estar da sociedade. Mas não é isso que vai cair na sua prova. O que pode cair são os objetivos de acordo com duas abordagens: a monetarista e a keynesiana.

De acordo com os keynesianos, a política monetária pode influenciar o nível de atividade e a renda da economia, ainda que apenas no curto prazo. Dessa forma, a política monetária expansionista pode ser utilizada para aumentar a demanda agregada em momento de pouca atividade, enquanto a política monetária restritiva pode diminuir o consumo, reduzindo pressões inflacionárias.

Os monetaristas, por outro lado, defendem que o papel da política monetária deve ser limitado ao objetivo de garantir que a quantidade de meios de pagamento seja suficientemente para atender ao volume de transações do mercado real. O Banco Central do Brasil adota, em sua missão, a ótica monetarista, ao perseguir a “estabilidade do poder de compra da moeda”.

1.2.2.1 Instrumentos da Política Monetária

Os principais instrumentos da política monetária são três: as **taxas de redesconto**, a **taxa de depósitos compulsórios** e as **operações no mercado aberto**. Existem outros, como você verá adiante, mas esses são os instrumentos clássicos, cuja presença nas provas é mais frequente, e sob os quais o Banco Central detém controle direto.

1.2.2.1.1 Redesconto

O Banco Central é o banco dos bancos. O redesconto é uma linha de crédito a qual os bancos podem recorrer caso precisem de dinheiro. A taxa de redesconto é os juros que os bancos devem pagar ao Bacen caso tomem emprestado algum valor.

Quanto menores forem as taxas de redesconto, mais dispostos os bancos ficam a emprestar ao público e, portanto, mais eles emprestam, expandindo os meios de pagamento.

Eles também recebem o nome de **empréstimos de liquidez**.

Na prática, os redescontos não são muito utilizados como instrumento de política monetária por dois motivos: (1) o Banco Central não tem garantias de que os bancos reagirão às mudanças nas taxas de redesconto conforme ele espera, expandindo ou contraindo a oferta monetária e; (2) ainda que a reação ocorra, ela pode demorar, tornando esse instrumento pouco eficiente em comparação aos demais.

Mas ele cai na prova, e se a questão falar que reduzir a taxa de redesconto é uma política monetária expansionista, pode marcar como certo. Se a questão comparar esse instrumento com os demais, dizendo que ele é mais eficiente, pode marcar como errado.



1.2.2.1.2 Compulsórios

Sempre que você, cliente do banco X, realiza um depósito em sua conta, o banco X precisa depositar uma parte desse dinheiro no Banco Central. O resto ele pode emprestar aos outros clientes.

Quanto maior for a alíquota (%) do compulsório, menor será a oferta monetária, pois os bancos terão menos dinheiro disponível para emprestar.

Como instrumento de política monetária, sua eficiência é maior quando o objetivo é restringir a oferta monetária, já que a expansão da oferta monetária, ainda que o Bacen reduza o compulsório, dependerá do apetite dos bancos em emprestar.

Note ainda que há duas formas de utilizar os depósitos compulsórios como instrumento de política monetária: o aumento da exigência, e o aumento da remuneração, ou seja, o aumento dos juros que remuneram esses depósitos, levando os bancos a recolherem maiores valores de forma espontânea. Claro que esta última hipótese trata de depósitos voluntários, mas achei melhor explicar aqui pela estrita relação com os compulsórios.

1.2.2.1.3 Mercado Aberto (*Open Market*)

Atualmente, a dívida pública federal interna acumula um saldo de aproximadamente **R\$3,7 trilhões**. Os credores dessa dívida são os detentores de títulos públicos: bancos, fundos, empresas, pessoas físicas etc.

Quando o Banco Central quer colocar mais dinheiro na economia, ele compra esses títulos. Por outro lado, quando deseja enxugar a liquidez, o Banco Central vende os títulos públicos dos quais é detentor.

O Banco Central, o Conselho Monetário Nacional, e o governo dispõem de outras formas para regular a quantidade de moeda na economia. O termo “instrumentos” está entre aspas, pois a principal finalidade destas ações não é a execução da política monetária, embora tenham reflexos nesse sentido.

- **Reservas internacionais:** moeda estrangeira (dólares, euros, libras etc.) não são meios de pagamento. O Banco Central é o responsável pela administração das reservas internacionais, e toda vez que ele compra moeda estrangeira dos exportadores, como ele entrega reais em troca, a oferta monetária aumenta. O contrário também se observa.
- **Política e regulação do crédito:** o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central normatizam e regulam as atividades das instituições financeiras, respectivamente. A regulamentação do crédito consignado e a criação do SCR são ações que aumentam os incentivos aos bancos para emprestar e, assim, aumentam a oferta monetária.
- **Emissão de moeda:** a própria emissão de moeda aumenta a oferta de moeda. Não há muito que comentar aqui.
- **Juros:** os juros são o preço do dinheiro. Portanto, quanto maior forem os juros da economia, menor é a demanda por moeda, já que ela fica mais cara. Além disso, com os



juros altos as empresas tendem a investirem menos, o que reduz a demanda agregada. Portanto, os juros incidem principalmente sobre a demanda agregada, e não sobre a oferta de moeda. Tenha em mente que juros e demanda agregada estão negativamente relacionados.

Política monetária expansionista X Política monetária contracionista

Quando o Banco Central **aumenta a oferta monetária**, dizemos que ele está adotando uma **política monetária expansionista**. O contrário ocorre quando o Bacen **diminui a oferta monetária**: a **política monetária é restritiva**.

A essa altura seu raciocínio já está bastante avançado, de forma que vamos apenas dar alguns exemplos para consolidarmos a compreensão desse assunto:

Políticas Monetárias



Expansionistas

- Compra, pelo Banco Central, de títulos públicos no mercado aberto;
- Redução da taxa de redesconto;
- Aumento dos redescontos (notou a diferença em relação ao item acima?);
- Emissão de moeda;
- Diminuição das alíquotas de reservas/depósitos compulsórios;
- Compra, pelo Banco Central, de moeda estrangeira de exportadores brasileiros.
- Aumento da segurança dos bancos por meio de normatização de garantias.



Restritivas

- Venda, pelo Banco Central, de títulos públicos no mercado aberto;
- Aumento da taxa de redesconto;
- Redução dos redescontos;
- Aumento das alíquotas de reservas/depósitos compulsórios;
- Venda, pelo Banco Central, de moeda estrangeira aos importadores brasileiros.
- Aumento das exigências a serem cumpridas pelos bancos, como direcionamento do crédito.

Como vimos, a adoção de políticas monetárias expansionistas pode ter por objetivo o aumento da demanda agregada, enquanto as políticas monetárias restritivas podem focar em reduzir o consumo.

1.2.3 Política Cambial

Em uma economia aberta, que realiza transações com o resto do mundo, há oferta e demanda por moeda estrangeira. Em determinados momentos, o governo pode deixar a taxa de câmbio ser definida livremente pelo mercado, sob o regime denominado flutuante.



Contudo, por vezes, o governo busca determinada taxa de câmbio para atingir determinados objetivos. Nesse caso, temos o câmbio fixo.

A **taxa de câmbio nominal** (e) é o preço de uma moeda estrangeira medido em moeda nacional. No Brasil, é mais comum medirmos o preço do dólar americano em reais. Dessa forma, quando o Banco Central divulga que a taxa de câmbio é de 3, significa precisamos de 3 reais para comprar 1 dólar. Em outras palavras, a taxa de câmbio nominal mostra o **preço relativo** entre duas moedas.

Se a taxa aumentar para 4, dizemos que a **taxa de câmbio se elevou**, e isso é o mesmo que dizer que houve **desvalorização da moeda nacional**, pois agora precisamos de mais reais para comprar o mesmo dólar.

No Brasil, usamos a chamado **cotação direta**, também chamada **convenção do incerto**: medimos quanto de nossa moeda é necessário para adquirir uma unidade da moeda estrangeira. Dizemos que U\$1 custa R\$3.

Se adotássemos o **método indireto**, ou **convenção do certo**, diríamos que R\$1 compra U\$0,33. Dá no mesmo, mas é um pouco inconveniente lidar com valores fracionários. Por isso, países com moeda forte (EUA, Inglaterra e países da zona do euro) adotam a convenção do certo, enquanto os demais adoram a convenção do incerto.



CONVENÇÃO DO CERTO

Indica quanto vale a moeda doméstica em termos de moeda estrangeira.

R\$1,00 = U\$0,33

R\$1,00 = €0,29

R\$1,00 = £0,25

Adotado em países de moeda forte: EUA (dólar), Inglaterra (libras) e Zona do Euro (euro).

CONVENÇÃO DO INCERTO

Indica o preço de uma moeda estrangeira em unidades da moeda nacional

U\$1,00 = R\$3,00

€1,00 = R\$3,50

£1,00 = R\$4,00

Adotado nos demais países, inclusive no Brasil.

Como utilizamos a convenção do incerto para medir o preço do real em relação a todas as outras moedas, quando a taxa de câmbio se eleva, a moeda nacional sofre desvalorização em relação à moeda estrangeira em questão. Isso é **muito importante**, e você não pode confundir!





VALORIZAÇÃO, APRECIAÇÃO E AUMENTO X **DESVALORIZAÇÃO, DEPRECIAÇÃO E QUEDA**

É muito importante que os termos acima tenham seu uso bastante claro para você, para não errar questões por “bobeira”.

Então acompanhe o exemplo. Imagine que ontem a taxa de câmbio era R\$3 (três reais por dólar). Se hoje a taxa está em R\$4/U\$, diz-se que **a taxa aumentou** e **a moeda doméstica desvalorizou**.

Até aí tranquilo. Mas também se diz, nesse mesmo caso, que **a taxa desvalorizou** ou o **câmbio desvalorizou**.

Pode parecer pouco intuitivo, mas pense sempre do ponto de vista de quem tem a moeda doméstica: para nós, que temos reais, a taxa de câmbio R\$4/U\$ vale menos do que a taxa de câmbio de R\$3/U\$, então dizemos que a taxa desvalorizou.

Também sempre podemos substituir **desvalorizou** por **depreciou**.

Na tentativa de usar sua memória visual para reforçar esses conceitos, peço que leia o quadro a seguir. Quantas vezes puder. Sei bem como isso pode ficar confuso algumas vezes.

Aumento da taxa de câmbio

=

Desvalorização da taxa de câmbio

=

Depreciação da taxa de câmbio

=

Desvalorização da moeda doméstica

Queda da taxa de câmbio

=

Valorização da taxa de câmbio

=

Apreciação da taxa de câmbio

=

Valorização da moeda doméstica

IMPORTANTE: apreciação e valorização da taxa de câmbio significam a mesma coisa em termos práticos, ou seja, significam valorização da moeda doméstica em relação à moeda estrangeira. Mas em termos conceituais, **apreciação** ocorre como resultado das forças de oferta e demanda de mercado, enquanto **valorização** ocorre como resultado da atuação do governo e do Banco Central. O mesmo vale para **depreciação** e **desvalorização**. Essa diferença ficará mais clara quando vermos **regimes cambiais**.



1.2.4 Política Comercial

É o conjunto de diretrizes e normas que o país adota em suas relações comerciais com outros países. Por exemplo, o governo pode proteger sua indústria aplicando ou elevando tarifas para importação de produtos.

1.2.4.1 Tipos e instrumentos da política comercial

Tais medidas restritivas de política comercial são de dois tipos:

- ▶ **Barreiras tarifárias:** implicam no aumento da tributação incidente sobre as transações internacionais, ou seja, sobre o comércio exterior. Um exemplo é o imposto de importação, que se manifesta como desestímulo ao aumentar os custos dos bens estrangeiros.
- ▶ **Barreiras não tarifárias:** além de serem definidas residualmente, ou seja, de serem aquelas que não se enquadram como tarifárias, podemos resumir como barreiras não financeiras, legais ou administrativas. Temos como exemplo barreiras sanitárias ambientais e técnicas.

1.3 Objetivos (Falhas de Mercado)

A Constituição Federal define alguns objetivos da chamada ordem econômica, que devem ser perseguidos pelo Estado, em seu Artigo 170 (não anote ainda):

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I - soberania nacional;
- II - propriedade privada;
- III - função social da propriedade;
- IV - livre concorrência;
- V - defesa do consumidor;
- VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;
- VII - redução das desigualdades regionais e sociais;
- VIII - busca do pleno emprego;
- IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Do ponto de vista da disciplina Finanças Públicas, podemos resumir e definir que seus objetivos são:

- ▶ Fornecer bens públicos;
- ▶ Reduzir externalidades negativas;
- ▶ Reduzir assimetrias de informações;



Iremos definir e detalhar cada um desses termos, mas todos eles são decorrentes de falhas de mercado. Portanto, podemos resumir que:

O objetivo da Economia do Setor Público é compreender e corrigir **falhas de mercado**.

Falhas de Mercado são a causa de ineficiência dos mercados. Em outras palavras: na presença de falhas, o mercado não consegue, sem ajuda, atingir uma situação ótima, na qual a sociedade obtém o maior nível de bem-estar possível.

As falhas podem assumir diversos tipos, dos quais são destaques nas provas: bens públicos, externalidades (positivas e negativas) e informações assimétricas (com destaque para o risco moral e a seleção adversa).

1.3.1 Bens Públicos

Os bens públicos são aqueles bens **não rivais** e **não exclusivos**. Isso significa que os bens públicos são **não rivais** e **não exclusivos**. **Não rivais** e **não exclusivos**. Só não vou repetir mais ainda porque quero te pedir para reler esse parágrafo....

Pronto?

Então vamos entender os motivos que tornam essas características tão importantes.

Pense no seu celular. Ele é rival e exclusivo. **Rival**, pois o fato de você ter adquirido ele impede que outra pessoa adquira o mesmo aparelho. **Exclusivo** porque o vendedor pôde **excluir** todos aqueles que não estavam dispostos a pagar o preço pelo aparelho. Os bens públicos não são assim: a bela queima de fogos pelas cidades brasileiras na virada de ano, por exemplo, é **não rival**, posto que o fato de você desfrutar os prazeres visuais não impede que eu também o faça; e **não exclusivo**, pois não é possível, para o organizador, excluir as pessoas que desejem assistir ao show.

A não exclusividade também acarreta o problema chamado de caronas, ou *free riders*, que são os indivíduos que desfrutam dos bens sem contribuir para isso. Por exemplo: morei em um bairro residencial onde um guarda fazia rondas noturnas, cobrando R\$30 por casa a cada mês. Contudo, como ninguém é obrigado a aderir, e como todos se beneficiam do serviço, pagando ou não, muitos vizinhos simplesmente não pagavam. Por isso a Polícia e a Justiça são financiadas por impostos.



CUSTO MARGINAL DA OFERTA DE BENS PÚBLICOS

O **custo marginal** é o **custo de produzir e ofertar uma unidade adicional de um bem**.



Para ofertar uma unidade adicional de pão, o custo marginal é o custo da farinha, do fermento, da água, do trabalho. Mas pão não é um bem público.

Nesse sentido, qual é o custo marginal de um parque público? Qual é o custo marginal da segurança pública? Para os bens públicos, quando nasce uma pessoa, não há aumento relevante no custo de segurança. Quando você decide caminhar no parque, o aumento nos custos em manter esse parque é ínfimo.

Para todos os efeitos, **o custo marginal dos bens públicos pode ser considerado zero.**

Também por isso a iniciativa privada não costuma se interessar em oferecer os bens públicos, cabendo ao governo esse papel. São exemplos de bens públicos: a limpeza das ruas, dos rios e do ar; a segurança nacional (forças armadas, Polícia Federal e inteligência); os museus; os parques; a solidez e eficiência do sistema financeiro; o poder de compra da moeda.

Até aqui, falamos dos **bens públicos puros**, que têm por características a não exclusividade e a não rivalidade. Os bens privados são aqueles que são exclusivos e rivais (como seu celular). No meio do caminho entre esses dois, temos os bens **semipúblicos**, também chamados de **meritórios**.

Esses bens são **não rivais**, como os bens públicos, mas são **sim exclusivos**, como os bens privados. Quer dizer que o consumo dos bens meritórios por uma pessoa não impede que outra também o consuma, mas é possível excluir indivíduos. O melhor exemplo, que inclusive dá nome ao tipo de bens, são as universidades, que favorecem o mérito ao permitir o ingresso somente de quem passar no vestibular.

Perceba que os bens meritórios também costumam ser interessantes para o setor privado ofertar, como é o caso do próprio ensino, e da saúde.

E para terminar, existem os bens rivais e não exclusivos: são os chamados **bens comuns**, dos quais os peixes no mar são o melhor exemplo, posto que a pesca por uma pessoa impede a pesca por outra, contudo não é possível impedir (em regra) que um indivíduo pesque.

1.3.2 Externalidades

As externalidades são os efeitos que as ações de um indivíduo (ou grupo) têm sobre os demais. Elas podem ser **positivas**, quando as ações do indivíduo trazem benefícios aos demais, ou **negativas**, caso contrário. A poluição que uma fábrica lança ao ar é um exemplo clássico de externalidade negativa, enquanto a limpeza residencial, que tem por consequência eliminação do famigerado Aedes.

Aí que entra o governo: estimulando as externalidades positivas e coibindo as negativas.

1.3.3 Assimetria de Informações

As informações assimétricas ocorrem quando uma das partes de uma transação possui informações que a outra parte não tem. Ela está presente em muitas relações de consumo:



quando você compra um carro usado e o vendedor esconde defeitos, quando você compra um alimento industrializado sem saber as substâncias nocivas em sua composição, quando você assina sua internet banda larga sem perceber que a conexão raramente tem a velocidade contratada.

O papel do governo é, então, diminuir essa assimetria dando à parte mais “fraca”, geralmente o consumidor, direitos de obter as informações que precisar para tomar sua decisão de consumo.

É importante notar que as assimetrias de informação assumem duas modalidades mais cobradas: o **risco moral** e a **seleção adversa**.

O conceito de risco moral (em inglês, *moral hazard*) está presente quando existe a possibilidade e uma das partes alterar seu comportamento, de forma prejudicial à outra. O melhor exemplo é o seguro de automóvel. Antes de adquirir o seguro, o motorista toma todas as precauções do mundo: dirige com cuidado, para o carro em estacionamentos para não ser roubado etc. Depois de comprar o seguro, existe o risco de essas precauções serem abandonadas, em prejuízo da seguradora.

Ainda dentro do conceito de risco-moral, há o subtipo do problema **agente-principal**, que consiste no risco do agente, designado pelo principal para determinado objetivo, agir em benefício próprio, em detrimento dos interesses do principal.

Já a **seleção adversa** está relacionada à escolha acidental daquilo que é justamente o contrário do que se pretendia. Esse risco está presente nos bancos, que cobram taxas altas por seus empréstimos como forma de cobrir eventuais inadimplências de alguns clientes. Contudo, os bons pagadores podem ser repelidos pelas taxas altas, enquanto péssimos pagadores sem intenção nenhuma de honrar seus empréstimos não se importarão com taxas altas.

1.4 Metas

Metas nada mais são do que objetivos quantificados.

Por exemplo, seu **objetivo** pode ser “passar na prova”, mas sua **meta** pode ser tirar pelo menos 90% dos pontos possíveis.

No que tange às metas das Finanças Públicas, elas podem ser diversos objetivos quantificados relativos às políticas econômicas.

Um exemplo de meta da política fiscal é o superávit primário, enquanto a política monetária tem a meta de inflação.

Ao estabelecer metas, o governo deixa claro como os objetivos da política econômica serão perseguidos, além de proporcionar uma forma de mensurar o sucesso obtido.

Dessa forma, a sociedade passa a contar com maior previsibilidade sobre os rumos da economia, o que traz estabilidade para o sistema como um todo.



2 FUNÇÕES DO ESTADO

Embora diferentes posições políticas e econômicas divirjam sobre o papel do Estado, mesmo a corrente liberal reconhece que existem papéis que o mercado não é capaz de cumprir.

Dessa forma, o que aprenderemos aqui é pacífico, para fins de prova. Começando pela evolução nas funções do Estado – ou do governo.

A despeito das diferenças técnicas entre as terminologias governo e Estado, especialmente no Direito, em Finanças Públicas são tratados praticamente como sinônimos.

2.1 Visão clássica das funções do Estado

A visão clássica das funções do Estado na economia tem como grande nome **Adam Smith**, filósofo e economista britânico que defendia que a intervenção do Estado na economia deveria ser mínima.

Essa corrente de pensamento é conhecida pelo termo *laissez-faire* (deixe fazer), indicando que o melhor que os governantes poderiam fazer é não atrapalhar a iniciativa privada, pois as forças naturais do mercado agiriam como uma **mão invisível** corrigindo distorções, promovendo eficiência e distribuindo bem-estar.

Mas note bem: Adam Smith e os clássicos não defendem que o ser humano e a sociedade são seres de luz que se esforçam para o bem comum e do próximo; o cerne do pensamento é que com cada indivíduo e empresa buscando seus interesses egoístas, o saldo seria positivo para a sociedade como um todo.

Por exemplo: as empresas buscariam lucros, é claro, mas só poderiam obtê-los se fossem capazes de servir aos interesses do consumidor, que por sua vez só conseguiria uma boa renda ao se capacitar e, dessa forma, atender aos interesses das empresas. Como num ciclo virtuoso de eficiência.

A visão clássica delimita que o Estado deveria exercer apenas as seguintes funções: **Defesa Nacional** e **Justiça**.

Mas por que a mão invisível não poderia resolver essa também?

Bom, os próprios clássicos admitiam que os tais interesses egoístas dos agentes podiam, em suas versões exacerbadas, ou seja, violando o direito alheio, provocar danos aos demais indivíduos. Nesse caso, caberia ao Estado prover e garantir a justiça interna e proteger os interesses da nação frente outros Estados.

2.2 Evolução das funções do Estado.

No final dos anos 1890, o papel do governo em economias capitalistas começou a aumentar, primeiro em decorrência de monopólios e cartéis (oligopólios coordenados) que haviam



surgido, especialmente nos Estados Unidos, onde essas empresas tinham poder de fixar seus preços muito acima dos níveis que proporcionariam bem-estar ao consumidor.

Essa forte concentração da oferta nas mãos de poucas empresas, além de prejudicar o consumidor, concentrava a renda, colocando em dúvida a atuação da “mão invisível”, levando o governo norte-americano a proibir monopólios na indústria, bem como a formação de cartéis para fixação de preços.

Mas o fato que realmente legitimou maior atuação do governo na economia foi a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929 e a Grande Depressão dos anos 1930, quando o mundo mergulhou na sua maior recessão da história moderna, com altíssimos níveis de desemprego.

Nesse contexto, em 1936, outro grande nome da economia ganhou notoriedade: John Maynard **Keynes**. Ele defendia uma intervenção direta do governo na economia, inclusive por meio do aumento dos gastos públicos em momentos de recessão, além da regulamentação dos mercados.

De acordo com Keynes, o mercado não poderia, sozinho: distribuir a renda de forma justa; prover os bens e serviços de que a sociedade precisa, no valor justo e no local onde ela precisa; evitar grandes solavancos na economia.

As funções básicas do governo na economia têm relação com a correção ou, ao menos, mitigação das falhas de mercado, situações nas quais as forças mercadológicas não conseguem, sozinhas, gerar eficiência.

São três principais funções mais aceitas atualmente, que recebem os nomes de: função alocativa, função distributiva e função estabilizadora. Toda a intervenção do Estado na economia é baseada nas funções básicas.

Funções do governo na economia
Distributiva
Alocativa
Estabilizadora

Naturalmente, devemos aprofundar cada uma dessas funções, pois **este é o assunto mais recorrente em provas que veremos nesta aula**. Muito bem! Agora, vamos às 3 funções.

2.3 Função Distributiva

O governo deve buscar distribuição justa, sob o ponto de vista da sociedade, da renda.

A renda é aquilo que os agentes pagam em troca do uso dos fatores de produção capital, trabalho e terra. Contudo, a distribuição entre esses fatores pode ser considerada injusta, especialmente no que tange ao trabalho, que é o fator que os trabalhadores “vendem” no mercado, enquanto capital e terra pertencem aos empresários ou ao governo.



A função distributiva é relacionada à redução das diferenças econômicas e sociais da população. Grosso modo, o governo exerce essa função sempre que, de alguma forma, favorece as camadas mais carentes da população, em detrimento ou não das mais ricas.

Os instrumentos utilizados nessa função são:

- **Transferências;**
- **Impostos (tributação);**
- **Subsídios.**

É por meio da combinação desses instrumentos que o governo pode distribuir a renda. Ele pode, por exemplo, **tributar** mais as classes de renda mais alta, e depois **transferir** esses recursos diretamente para as camadas mais pobres da sociedade. Em vez de transferir, também é possível **subsidiar** a população mais carente, ao pagar uma parte dos bens adquiridos por essa camada da sociedade.

O exemplo mais claro em nossa economia é o programa Bolsa Família, que é uma política de redistribuição de renda. Contudo, há diversos outros exemplos: o subsídio habitacional do Minha Casa, Minha Vida, o programa Fome Zero, as alíquotas progressivas do imposto de renda (a alíquota do imposto aumenta conforme aumenta a renda tributada).

A **assistência social** é outra clara manifestação da função distributiva, uma vez que trata justamente de garantir condições mínimas para aqueles mais necessitados e/ou incapazes de prover as necessidades mais básicas para si mesmos e suas famílias.

O mesmo pode ser dito da **previdência social**, que é um mecanismo público de proteção social e subsistência proporcionados mediante contribuição do segurado e de empresas.

Ah! Algumas vezes essa função é chamada de Redistributiva, com "R", de Robin Hood, o personagem fictício que tirava dos ricos para entregar aos pobres.

2.4 Função Alocativa

A função alocativa consiste, basicamente, na **regulação ou fornecimento de bens públicos ou semipúblicos** (como saúde e educação).

Devido às suas características de não rivalidade e não exclusividade, o que torna seu fornecimento para a sociedade algo que não atrai as empresas. Que firma estaria interessada em fornecer bens ou serviços pelos quais ela não é capaz de cobrar, de forma minimamente eficiente, dos consumidores?

Cabe, portanto, ao governo:

1. Determinar quais bens públicos serão ofertados, para quem, e em qual quantidade;
2. Determinar quem pagará por eles.

O item 1 tem grande dependência do processo político, pelo qual a sociedade manifesta, por meio de eleições e manifestações, quais bens públicos ela está "demandando".



Já o item 2, determinar quem pagará pelos bens públicos, é um problema particular desses tipos de bens, decorrente de sua não rivalidade e não exclusividade. O problema surge pois não é possível, como ocorre no mercado, fazer com que o consumidor dos bens públicos manifeste qual valor está disposto a pagar pelo bem público, bem como não é possível impedir que indivíduos desfrutem dos bens públicos sem pagar nada por eles, ao que se dá o nome de **problema do carona**, que já conhecemos, mas veremos agora sob o ponto de vista da função alocativa.

Problema do Carona (*Free Rider*)

"O carona" é o indivíduo que desfruta de um bem, recebendo seus benefícios, sem pagar nada por isso.

O problema surge da **não exclusividade** no caso de bens públicos, ou de externalidades positivas.

Como exemplo, podemos citar um show de fogos de artifício, a iluminação pública, asfaltamento, ou qualquer bem público que você possa imaginar.

A forma de resolver o problema do carona é **tornar compulsório o pagamento pelos bens públicos**, o que o governo faz por meio de **taxas** ou outros tipos de tributos.

Essa função de alocação dos recursos se manifesta, também, sempre que o governo "tira" recursos de um lugar para colocar em outro, de forma a aumentar a eficiência de sua utilização. Um bom exemplo é a transposição de um rio para favorecer comunidades.

Portanto, a função alocativa do governo consiste em complementar a ação do mercado, quando ele falha, no que diz respeito à maneira como os recursos são utilizados, ou melhor, à alocação dos recursos na economia de forma eficiente, quando o mercado não consegue alcançar esse resultado sozinho. A função alocativa busca a eficiência do mercado.

Perceba que o governo tem três formas de cumprir essa função: **produzindo, financiando ou regulando**.

2.4.1 Estado produtor, financiador e regulador

Como mencionado há pouco, para buscar a oferta de bens públicos e corrigir essa falha de mercado, o Estado pode atuar como:

- ▶ **Estado produtor:** produzindo diretamente bens e serviços à sociedade.
- ▶ **Estado financiador:** fornecendo recursos financeiros, como empréstimos ou subsídios, para que o mercado atue de forma mais eficiente.
- ▶ **Estado regulador:** controlando as atividades econômicas, por meio de normatização e fiscalização.

Embora não sejam excludentes, ou seja, o Estado desempenhe todos os papéis ao mesmo tempo, a Economia Brasileira é marcada por períodos nos quais prevaleceu uma ou outra forma



de atuação - de maneira mais evidente - e conhecer essas passagens da nossa história econômica recente pode ser bastante elucidativo.

Começando pelo papel de **produtor**, caracterizado pela forte presença de empresas de propriedade do Estado - as estatais - e por sua criação, algo muito claro durante os anos pós-guerra, contemplando os governos de Dutra, Vargas e JK. Nesse período foram criadas empresas como a Petrobrás e a Vale do Rio Doce, notáveis exploradoras de atividade econômica.

O Estado **financiador**, por outro lado, não é muito recorrente em provas e na literatura brasileira, mas é possível identificar esse papel a partir de 1964, com ampliação do crédito ao setor privado promovida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Habitação. Até a década de 1980, conhecida pela crise da dívida, esse papel foi bastante intenso, dada a dificuldade de obter financiamento privado, especialmente de longo prazo.

Por fim, o papel de **regulador** é considerado uma evolução da atuação do governo. Ele se manifesta quando o Estado intervém limitando as liberdades dos agentes econômicos por meio de normas e fiscalização de seu cumprimento, com o objetivo de aumentar a eficiência econômica e o bem-estar da sociedade.

Quando o **Estado** age como regulador, ele permanece como **titular**, mas o **setor privado** é quem **executa** a atividade ou serviço público, cumprindo as exigências legais e regulamentares.

Portanto, passa-se de uma visão na qual o governo buscava universalizar para a sociedade, de forma direta, o acesso a bens e serviços, para uma na qual o Estado concede essa prerrogativa à iniciativa privada, limitando-se, ao máximo, a **regular** essas atividades de interesse econômico e social.

Isso passa pela **liberação de atividades executadas pelo Estado**, em regime monopolista, por meio de **privatizações** e **concessões**, a fim de propiciar a competição pelas empresas privadas, desde que haja **racionalidade econômica** nessa medida.

Concessão X Privatização

A **concessão** ocorre quando o Estado transfere a uma empresa, por tempo determinado, o direito de explorar alguma atividade de responsabilidade do governo, junto com as obrigações e responsabilidades relacionadas. O exemplo mais comum são as rodovias concedidas a empresas privadas pelos governos estaduais. As concessionárias têm direito de cobrar pedágio, mas não são donas da rodovia, e também precisam mantê-la em boas condições de uso.

Em uma **privatização**, por outro lado, ocorre a venda definitiva, ou seja, é uma alienação de algo que pertencia ao Estado para a iniciativa privada, algo que acontece quando uma empresa pública ou sociedade de economia mista é vendida.



Essa regulação se dá por meio da elaboração de normas, repressão de abuso do poder econômico e controle da iniciativa privada (preços, quantidades e qualidades), e tem por principais objetivos:

- Bem-estar dos consumidores;
- Eficiência produtiva e alocativa (produção de bens públicos, como segurança);
- Distribuição socialmente justa da renda;
- Redução de externalidades negativas (como poluição de diversos tipos);

Portanto, apesar de atuar de forma mais indireta, o Estado Regulador **regulamenta e fiscaliza** a atuação dos agentes da iniciativa privada, com a intenção de atingir os objetivos de interesse coletivo. Em resumo, a ideia de Estado Regulador diz respeito ao Estado que faz uso de dispositivos de **regulação econômica**, principalmente por meio de suas **agências reguladoras**.

O Estado Regulador também busca reduzir abusos do poder econômico, especialmente ao fomentar a concorrência e competição entre empresas em setores do mercado, quando elas se mostram insuficientes.

Portanto, a atuação dessas agências ou outros agentes reguladores (como CADE, Banco Central, CVM) do Estado devem pautar-se nos interesses públicos, mas, para tanto, é preciso tomar precauções contra incentivos que podem desviá-los desses objetivos, como veremos a seguir.

Para fechar o assunto, observe que o Estado brasileiro atua das três formas, assim como a maioria dos estados contemporâneos. Contudo, mesmo em países com forte presença estatal, observa-se a tendência de diminuição das atividades produtora e financiadora, com aumento da regulação.

2.5 Função Estabilizadora

Pode-se afirmar que a função estabilizadora consiste em proporcionar à economia **crescimento, alto índice de emprego e preços estáveis**.

De forma geral, ao longo do tempo o PIB varia bastante. Cresce, cresce pouco, cresce muito, despenca, decola, afunda...

E não é apenas o PIB que varia desse jeito. A inflação, o desemprego, a balança comercial, a taxa de câmbio, e vários outros indicadores econômicos variam ao longo do tempo, e cada mergulho provoca prejuízos à sociedade.

Mas não é apenas a degradação dos indicadores que afeta negativamente a população. A própria instabilidade é prejudicial: os agentes ficam inseguros em investir em países cujas economias parecem montanhas-russas.

Essa função ganhou força depois do maior mergulho que a economia mundial moderna já viu: a Grande Depressão (1929). Percebeu-se que o mercado não era capaz, pelo menos no curto prazo, de evitar grandes distorções e desequilíbrios.



Cabe, portanto, ao governo buscar atenuar os chamados ciclos econômicos e as oscilações, usando as políticas econômicas (fiscal, monetária e cambial) para tanto.

Por exemplo: ao notar queda na atividade econômica, o governo pode adotar a política fiscal expansionista, aumentando seus gastos para tentar reaquecer a economia.

Um aumento da inflação, por outro lado, pode ser combatido com a política monetária contracionista: com menos moeda circulando, os produtores têm menos incentivos para subir os preços de seus produtos.

O aumento da taxa de câmbio (se indesejado) pode ser combatido com a política cambial. Pensando no dólar como um produto qualquer, é natural que seu preço suba quando a demanda por dólares supera a oferta de dólares disponíveis no país.

Nesse caso, o Banco Central pode entrar no mercado vendendo volumes expressivos de dólar, aumentando assim a oferta e pressionando o preço da moeda estrangeira para baixo.

QUESTÕES COMENTADAS

1. (2019/FCC/AFAP/Analista de Fomento - Economista)

Uma característica básica dos bens públicos é que

- a) são rivais e não exclusivos.
- b) as pessoas podem ser impedidas de consumi-los.
- c) são exclusivos e não rivais.
- d) apresentam custo marginal de produção igual a zero para um consumidor adicional.
- e) são rivais e exclusivos.

Comentários:

Vamos revisar o que vimos nesta aula em relação ao custo marginal de bens públicos.

O custo marginal é o custo de produzir e ofertar uma unidade adicional de um bem.

Para ofertar uma unidade adicional de pão, o custo marginal é o custo da farinha, do fermento, da água, do trabalho. Mas pão não é um bem público.

Nesse sentido, qual é o custo marginal de um parque público? Qual é o custo marginal da segurança pública? Para os bens públicos, quando nasce uma pessoa, não há aumento relevante no custo de segurança. Quando você decide caminhar no parque, o aumento nos custos em manter esse parque é ínfimo.

Para todos os efeitos, **o custo marginal dos bens públicos pode ser considerado zero.**



A alternativa "a" está errada por afirmar que bens públicos são rivais, uma vez que eles são não rivais, enquanto o erro das alternativas "b" e "c" é dizer que são exclusivos (são não exclusivos). Por fim, "e" está errada porque afirma as duas coisas.

Bens públicos são: **não rivais e não exclusivos.**

Gabarito: "d"

2. (2016/IBFC/CM ARARAQUARA/Agente de Controle Interno)

Nos Estados modernos, a política de gastos, ou política fiscal do governo, tem três principais funções: distributiva, estabilizadora e alocativa. Assinale a alternativa que apresenta a ordem correta, de cima para baixo, dessas funções financeiras.

() Diz respeito ao fornecimento de bens públicos, que são aqueles cuja utilização por um indivíduo não implica a indisponibilidade para os outros indivíduos. Como o mercado não tem mecanismos de fornecimento e financiamento desses bens, o governo deve oferecê-los à sociedade.

() É a mais complexa das três. Ocupando uma posição de destaque na determinação da política fiscal e dos pagamentos de transferências. Tem como objetivo distribuir a renda, e a riqueza à população de modo mais equilibrado, minimizando diferenças que o sistema de mercado provoca em sua distribuição.

() Proposta pela teoria Keynesiana, tem por objetivo alcançar um elevado nível de emprego, uma razoável estabilidade no nível de preços, o equilíbrio na balança de pagamentos e uma aceitável taxa de crescimento econômico. Essa função regula a sintonia entre a oferta e a demanda agregada da economia.

a) Função Alocativa- Função Distributiva- Função Estabilizadora.

b) Função Estabilizadora - Função Alocativa- Função Distributiva

c) Função Distributiva- Função Estabilizadora - Função Alocativa.

d) Função Alocativa- Função Estabilizadora - Função Distributiva

Comentários:

() Diz respeito ao fornecimento de bens públicos, que são aqueles cuja utilização por um indivíduo não implica a indisponibilidade para os outros indivíduos. Como o mercado não tem mecanismos de fornecimento e financiamento desses bens, o governo deve oferecê-los à sociedade.

Reforçando: falou em fornecimento de bens públicos, falou em **política alocativa**. A assertiva apenas os conceitua (corretamente) e depois justifica essa função pela ausência de interesse do mercado em provê-los à sociedade que os demanda.

() É a mais complexa das três. Ocupando uma posição de destaque na determinação da política fiscal e dos pagamentos de transferências. Tem como objetivo distribuir a renda, e a riqueza à população de modo mais equilibrado, minimizando diferenças que o sistema de mercado provoca em sua distribuição.



Quanto a ser a mais complexa das três, acredito haver certa dose de subjetivismo. De toda forma, falar em distribuir renda por meio da política fiscal torna clara a relação com a **função distributiva**.

() Proposta pela teoria Keynesiana, tem por objetivo alcançar um elevado nível de emprego, uma razoável estabilidade no nível de preços, o equilíbrio na balança de pagamentos e uma aceitável taxa de crescimento econômico. Essa função regula a sintonia entre a oferta e a demanda agregada da economia.

Só sobrou a **função estabilizadora**, que realmente está de acordo com a descrição dessa assertiva. A novidade aqui é que se deve buscar "o equilíbrio na balança de pagamentos", algo que nunca vi outra banca colocar, e acredito que há controversas. Contudo, não compromete a conclusão.

Gabarito: "a"

3. (2019/FCC/AFAP/Analista de Fomento - Crédito)

Uma situação passível de consideração na análise dos tipos de bens é a figura do "carona". Ele

- a) estimula a produção de bens públicos.
- b) existe quando os bens são exclusivos.
- c) dificulta a oferta eficiente de bens pelos mercados.
- d) não é passível de solução.
- e) é uma característica inerente aos bens privados.

Comentários:

Uma consequência da não exclusividade é o chamado **problema dos caronas**, ou *free riders*, que são os indivíduos que desfrutam dos bens sem contribuir para isso.

Por exemplo: morei em um bairro residencial onde um guarda fazia rondas noturnas, cobrando R\$30 por casa a cada mês. Contudo, como ninguém é obrigado a aderir, e como todos se beneficiam do serviço, pagando ou não, muitos vizinhos simplesmente não pagavam.

Isso dificulta a oferta desse tipo de bem pelo mercado, e por isso a Polícia e a Justiça são financiadas por impostos. A alternativa "c" é nosso gabarito.

O problema do carona é inerente aos bens não rivais e não exclusivos, ou seja, é parte dos bens públicos (e por isso "e" está errada). Mas não é um estímulo para oferta de bens públicos - nem para o governo, menos ainda pela iniciativa privada - como diz a alternativa "a". O que estimula a oferta de bens públicos são as externalidades positivas.

O erro da alternativa "b" é mais claro: se fosse possível excluir com facilidade os caronas, nem daria para chamar de "problema", não é?



Uma das soluções para o problema do carona é tornar o pagamento compulsório por todos que dele desfrutam por meio de impostos, de forma que a alternativa "d" está errada.

Gabarito: "c"

4. (2018/FCC/SABESP/Analista de Gestão - Economia)

No tocante aos bens públicos,

- a) para qualquer nível específico de produção, o custo marginal de sua produção é crescente para um consumidor adicional, uma vez que são bens "não rivais".
- b) seu nível eficiente de provisão, diferentemente dos bens privados, não se dá quando o custo marginal se iguala ao benefício marginal percebido por todos os usuários que usufruem do bem.
- c) os consumidores podem ser impedidos de seu consumo, porque são bens "não exclusivos".
- d) observada a característica de não exclusividade, falhas alocativas podem ocorrer em função dos chamados "consumidores caronas", isto é, aqueles que não pagam pelo bem, na expectativa de que outros o façam.
- e) estes não podem, sob hipótese alguma, ser ofertados privadamente.

Comentários:

O problema dos caronas, decorrente da não exclusividade dos bens, está corretamente definido na alternativa "d" – nosso gabarito.

O custo marginal crescente é uma realidade para **bens rivais**, e não para bens não rivais, como afirma a letra "a".

O erro da alternativa "b" é algo que foge ao escopo, mas podemos pontuar que o nível eficiente de provisão sempre ocorre quando benefício marginal iguala o custo marginal.

Os bens públicos são não exclusivos, então não se pode impedir seu consumo, ao contrário do que se afirma na alternativa "c".

Por fim, "e" está errada, pois o governo pode atuar como regulador de empresas que ofertem bens públicos. Algo também estudado em outro assunto (regulação).

Gabarito: "d"

5. (2015/FCC/TCM-GO/Auditor Conselheiro Substituto)

Os bens públicos têm por característica serem

- a) bens rivais e excludentes.
- b) bens rivais e não excludentes.
- c) bens não rivais e excludentes.



- d) apenas bens não excludentes, podendo ser rivais ou não rivais.
- e) bens não rivais e não excludentes.

Comentários:

Os bens públicos puros são não rivais e não excludentes. Isso elimina todas as alternativas, exceto nosso gabarito.

Se tivesse falado de bens "semipúblicos", a alternativa "c" seria o gabarito.

Contudo, quando vier apenas "bens públicos", tome por bens públicos puros, que precisam ser não rivais e não excludentes.

Gabarito: "e"

6. (2013/FCC/SEFAZ SP/Agente Fiscal de Rendas - Gestão Tributária)

Associe o número do conceito na coluna à esquerda aos parênteses na coluna à direita:

1. Mercado de créditos de carbono.	(....) Bens de consumo não rival.
2. Bens cujo consumo é não excludente e não rival.	(....) Caronas (<i>free riders</i>).
3. Bens cujo consumo é não excludente e rival.	(....) Licenças negociáveis para poluir.
4. Não desejam pagar por bens não excludentes.	(....) Bens de propriedade comum.
5. Bens cujo custo marginal de produção é nulo.	(....) Bens públicos.

A sequência correta é:

- a) 1, 4, 5, 2, 3.
- b) 1, 3, 5, 2, 4.
- c) 4, 3, 1, 2, 5.
- d) 5, 4, 1, 3, 2.
- e) 5, 3, 4, 1, 2.

Comentários:

Vamos começar pelo mais fácil. O item 4 conceitua, corretamente, os caronas:

1. Mercado de créditos de carbono.	(....) Bens de consumo não rival.
2. Bens cujo consumo é não excludente e não rival.	(4) Caronas (<i>free riders</i>).
3. Bens cujo consumo é não excludente e rival.	(....) Licenças negociáveis para poluir.
4. Não desejam pagar por bens não excludentes.	(....) Bens de propriedade comum.
5. Bens cujo custo marginal de produção é nulo.	(....) Bens públicos.

E isso já nos deixa com apenas duas alternativas possíveis: "a" ou "d".

O item 2, por sua vez, trata de bens públicos:

1. Mercado de créditos de carbono.	(....) Bens de consumo não rival.
2. Bens cujo consumo é não excludente e não	(4) Caronas (<i>free riders</i>).



rival.

3. Bens cujo consumo é não excludente e rival.
4. Não desejam pagar por bens não excludentes.
5. Bens cujo custo marginal de produção é nulo.

(....) Licenças negociáveis para poluir.

- (....) Bens de propriedade comum.
(2) Bens públicos.

E pronto! Já temos o gabarito. Mas vamos adiante.

Os bens cujo consumo é não excludente mas rival são os bens comuns, ou bens de propriedade comum, como os peixes do mar, ou a fauna e a flora amazônicas:

1. Mercado de créditos de carbono.
2. Bens cujo consumo é não excludente e não rival.
3. Bens cujo consumo é não excludente e rival.
4. Não desejam pagar por bens não excludentes.
5. Bens cujo custo marginal de produção é nulo.

(....) Bens de consumo não rival.

(4) Caronas (*free riders*).

(....) Licenças negociáveis para poluir.

- (3) Bens de propriedade comum.
(2) Bens públicos.

A não rivalidade significa que ofertar uma unidade a mais do bem, não tem custo adicional, pois o consumo do novo consumidor não “atrapalha” o consumo dos demais (ficou doído de ler, eu sei, mas vale a pena para deixar claro). É o caso da segurança pública, por exemplo:

1. Mercado de créditos de carbono.
2. Bens cujo consumo é não excludente e não rival.
3. Bens cujo consumo é não excludente e rival.
4. Não desejam pagar por bens não excludentes.
5. Bens cujo custo marginal de produção é nulo.

(5) Bens de consumo não rival.

(4) Caronas (*free riders*).

(....) Licenças negociáveis para poluir.

- (3) Bens de propriedade comum.
(2) Bens públicos.

Por fim, o mercado de créditos de carbono é algo que não está em nosso edital, mas são justamente licenças negociáveis para poluir: os países (ou empresas) que desejam produzir bens que geram poluição, pagam para compensar as externalidades negativas geradas no processo.

Gabarito: “d”

7. (2013/FCC/TCE-SP/Auditor do Tribunal de Contas do Estado)

São características apresentadas simultaneamente pelos bens públicos:

- a) Consumo rival e possibilidade de exclusão no seu consumo de quem não se disponha a pagar pelo bem.
- b) Externalidades positivas e consumo rival.
- c) Consumo não rival e impossibilidade de exclusão do seu consumo de quem não se disponha a pagar pelo bem.
- d) Externalidades negativas e possibilidade de exclusão do seu consumo por quem não se disponha a pagar pelo bem.



e) Utilidade marginal decrescente e externalidades negativas.

Comentários:

Parece que nunca é demais repetir que os bens públicos são não rivais e não excludentes, não é?

As alternativas "a" e "d" estabelecem "possibilidade de exclusão", ou seja, definem bens públicos como excludentes, e isso está errado.

Enquanto a alternativa "b" os denomina como "rivais".

Por fim, os bens públicos têm custos marginais decrescentes, e não utilidade marginal decrescentes.

Quanto às externalidades positivas ou negativas, temos que elas podem ou não existir para bens públicos, e portanto não são características definidoras.

Gabarito: "c"

8. (2012/VUNESP/PREFEITURA DE SJC/Analista em Gestão Municipal)

A obtenção, criação, dispêndio e gestão de recursos materiais e serviços com a finalidade de satisfação das necessidades coletivas conceituam o que se entende por

- a) macroeconomia.
- b) microeconomia.
- c) contabilidade aplicada ao setor público.
- d) finanças públicas.
- e) finanças internacionais.

Comentários:

Nesta questão a banca dá um conceito que considera (e eu também) correto para Finanças Públicas.

Note que o foco aqui é o objetivo das Finanças Públicas, no que tange ao fornecimento de bens públicos.

Gabarito: "d"

9. (2016/INSTITUTO AOCP/EBSERH/Analista Administrativo - Economia)

"[...] Mas é só por seu próprio proveito que um homem emprega seu capital em apoio da indústria; por tanto, sempre se esforçará em usar na indústria, cujo produto tenda a ser de maior valor ou em trocar pela maior quantidade possível de dinheiro ou outros bens... Nisto está,



como em outros muitos casos, guiado por uma mão invisível para atingir um fim que não fazia parte de sua intenção. E também não é o pior para a sociedade que isto seja assim. Ao buscar seu próprio interesse, o homem com frequência favorece o da sociedade melhor que quando realmente deseja o fazer [...]". A citação apresentada expressa o funcionamento do capitalismo (e a defesa do livre mercado) na concepção de

- a) Michal Kalecki.
- b) Karl Marx.
- c) John Stuart Mill.
- d) Adam Smith.
- e) John Maynard Keynes.

Comentários:

Falou em mão invisível, lembre-se de Adam Smith, o principal nome da corrente de pensamento agora chamada de clássica.

A mão invisível deve ser entendida como o resultado das forças de mercado que atuam corrigindo distorções e proporcionando bem-estar à sociedade, em decorrência da busca dos indivíduos por seus interesses individuais.

Gabarito: "d"

10. (2018/VUNESP/PREFEITURA DE SJ/ Economista)

São três as funções básicas do governo, sendo que uma delas envolve transferências e subsídios. Trata-se da função

- a) estabilizadora.
- b) judiciária.
- c) distributiva.
- d) alocativa.
- e) reguladora.

Comentários:

As transferências e subsídios são os instrumentos utilizados pelo governo para redistribuir a renda, normalmente após tributar as camadas de renda mais elevada da sociedade.

Portanto, estão diretamente ligados à função distributiva, tornando "c" nosso gabarito.

Gabarito: "c"

11. (2019/FCC/AFAP/Analista de Fomento - Economista)

Um objetivo expansionista, tudo mais constante, pode ser alcançado por uma política



- a) fiscal que aumente o gasto do governo.
- b) fiscal que altere alíquotas de tributos, mantendo a arrecadação constante.
- c) monetária que reduza os agregados monetários.
- d) fiscal que reduza o endividamento público.
- e) monetária que aumente a taxa básica de juros da economia.

Comentários:

Nosso quadro deixa claro qual é a opção correta: a alternativa "a".

Políticas Fiscais	
 Expansionistas	 Restritivas
➤ Aumento no valor do Bolsa Família (↑G: transferências); ➤ Aumento dos subsídios dos servidores públicos federais (↑G: despesas); ➤ Construção de uma nova sede do Banco Central em Salvador (↑G: despesas); ➤ Redução da alíquota do Imposto de Renda (↓T: impostos); ➤ Isenção de IPI de eletrodomésticos (↓T: impostos).	➤ Recriação da CPMF (↑T: impostos); ➤ Fechamento de delegacias da Receita Federal (↓G: despesas); ➤ Aumento de idade mínima para aposentaria (↓G: transferências); ➤ Redução de créditos subsidiados ao agricultor (↓G: transferências); ➤ Criação do Imposto sobre Grandes Fortunas (↑T: impostos).

Vejamos as demais alternativas.

b) fiscal que altere alíquotas de tributos, mantendo a arrecadação constante.

Manter a arrecadação constante significa manter a carga tributária constante e, portanto, não se pode falar em expansão ou contração da política fiscal.

c) monetária que reduza os agregados monetários.

Reduzir os agregados monetários é o mesmo que reduzir a oferta de moeda e, por isso, indica uma política monetária contracionista.

d) fiscal que reduza o endividamento público.

Para reduzir seu endividamento, o governo precisa reduzir seus gastos, aumentar sua arrecadação, ou ambos. Isso significa política fiscal contracionista.

e) monetária que aumente a taxa básica de juros da economia.



O aumento da taxa de juros é indicio de uma política monetária contracionista, uma vez que os juros são o preço do dinheiro no tempo.

Gabarito: "a"

12. (2019/FCC/AFAP/Analista de Fomento - Crédito)

Um objetivo contracionista, tudo mais constante, pode ser alcançado por meio de uma política

- a) monetária, que reduza o recolhimento compulsório.
- b) fiscal, que aumente o gasto do governo.
- c) monetária, que aumente a taxa de redesconto.
- d) fiscal, que reduza os impostos.
- e) creditícia, que facilite os empréstimos

Comentários:

A única alternativa que traz um exemplo de política contracionista é aquela que fala sobre política monetária contracionista, resultando de aumento da taxa de redesconto, acompanhado da consequente redução do "apetite" dos bancos para emprestar e da oferta monetária: a alternativa "c".

Desta vez, vou apenas classificar as políticas das demais alternativas.

a) monetária, que reduza o recolhimento compulsório.

Monetária expansionista.

b) fiscal, que aumente o gasto do governo.

Fiscal expansionista.

d) fiscal, que reduza os impostos.

Fiscal expansionista.

e) creditícia, que facilite os empréstimos

Monetária expansionista.

Gabarito: "c"

13. (2016/FCC/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA MS/Economista)

O redesconto é um instrumento clássico de política monetária que, se expandido,

- a) pode abrir espaço para os bancos realizarem novas operações de crédito.



- b) reduz as disponibilidades dos bancos.
- c) provoca instantâneo aumento da carteira de crédito do sistema bancário.
- d) não é utilizado em época de crise bancária.
- e) representa um imediato aumento do passivo dos bancos.

Comentários:

Note que a questão se limita ao campo teórico.

Teoricamente, a expansão do redesconto pode abrir espaço para os bancos realizarem novas operações. Então a alternativa "a" está certa.

Ah! Veja que a alternativa "a" estaria errada se falasse que a expansão da taxa de redesconto tem esse efeito, mas não é o caso.

Vejamos as demais alternativas.

b) reduz as disponibilidades dos bancos.

A alternativa tenta confundir com reservas compulsórias. Essas sim reduzem as disponibilidades dos bancos, uma vez que os obrigam a depositar uma parte do dinheiro no Banco Central e, portanto, essa parte não estará mais disponível para ser emprestada.

c) provoca instantâneo aumento da carteira de crédito do sistema bancário.

O redesconto é como se fosse uma linha de crédito que os bancos têm no Banco Central. Ao aumentar a disponibilidade desse crédito, o Banco Central incentiva os bancos a ampliarem suas carteiras. Portanto, não é instantâneo, pois depende de ações posteriores dos bancos.

d) não é utilizado em época de crise bancária.

Como é uma linha de crédito, um de seus principais usos seria em momentos de crises de liquidez, ou seja, quando os bancos têm dificuldades em honrar suas obrigações de curtíssimo prazo.

e) representa um imediato aumento do passivo dos bancos.

Isso ocorre apenas se os bancos utilizarem o crédito, algo que não podemos concluir pelo enunciado.

Gabarito: "a"

14. (2016/FCC/ELETROSUL/Economista)

Com relação aos instrumentos de política monetária

- a) o aumento do recolhimento compulsório provoca efeito contracionista no crédito.



- b) a aquisição, pelo Banco Central, de títulos de propriedade dos bancos reduz a carteira de crédito do sistema bancário.
- c) o efeito do redesconto é reduzido por não poder ser objeto de limite quantitativo.
- d) a decisão do Banco Central, em um modelo de metas de inflação, por uma redução da taxa básica de juros implica no mesmo efeito de uma elevação do recolhimento compulsório.
- e) ocorre destruição de meios de pagamento quando o Banco Central facilita às famílias seu acesso ao crédito.

Comentários:

De fato, o aumento no recolhimento compulsório é uma política monetária contracionista, e "a" é nosso gabarito. Mas vale a pena analisarmos as demais alternativas.

A alternativa "b" está errada, pois a carteira de crédito dos bancos é o saldo de empréstimos realizados para seus clientes, e não inclui a carteira de títulos públicos do banco. Portanto, a situação narrada não implica em imediata redução da carteira de crédito, podendo inclusive aumentá-la, caso o banco decida emprestar mais diante da maior disponibilidade de dinheiro em caixa.

Os redescontos podem sim serem limitados quantitativamente. De fato, seu efeito como instrumento de política monetária é reduzido, mas pela dependência das ações dos bancos, que podem ou não ficarem mais propensos a emprestar conforme alterações nas taxas e limites de redesconto. Por isso "c" está errada.

Reduzir a taxa básica de juros tem o efeito de aumentar a demanda por moeda e a demanda agregada. É um efeito diferente da elevação do compulsório, que tende a diminuir a oferta de moeda e reduzir a demanda agregada. A alternativa "d" está errada.

Por fim, a destruição e criação de moeda não é assunto para esta aula, mas, basicamente, quando as famílias pegam emprestado dos bancos, há criação de moeda, pois as pessoas entregam direitos não monetários (a promessa de pegar depois), em troca de direitos monetários (dinheiro,oras). Portanto, "e" também está errada.

Gabarito: "a"

15. (2015/FCC/TCE CE/Técnico de Controle Externo)

NÃO se trata de uma falha de mercado

- a) a variação dos preços agrícolas ao longo do ano, devido à presença de períodos de safra e de entressafra.
- b) a poluição de rios das grandes metrópoles.
- c) a existência de monopólios naturais.
- d) quando um morador atrai o mosquito transmissor da dengue, acumulando água parada em sua propriedade privada.



e) o baixo desenvolvimento de um mercado de capitais, o que impede o financiamento de projetos de longo prazo estratégicos para o crescimento econômico.

Comentários:

Vamos analisar cada uma das alternativas:

a) a variação dos preços agrícolas ao longo do ano, devido à presença de períodos de safra e de entressafra.

A variação dos preços ao longo do ano reflete variações da oferta frente à maior constância da demanda: é o mercado sendo eficiente, e não o contrário! Pode marcar esta como gabarito, pois de falha de mercado ela nada tem.

b) a poluição de rios das grandes metrópoles.

A poluição de rios é uma **externalidade negativa**, e externalidade são um dos tipos de falhas de mercado.

c) a existência de monopólios naturais.

Monopólios naturais também são **falhas de mercado**, pois impedem o mercado de atingir níveis ótimos de excedentes.

d) quando um morador atrai o mosquito transmissor da dengue, acumulando água parada em sua propriedade privada.

Mais uma externalidade negativa, onde o benefício marginal para o morador limpar sua casa é muito inferior ao custo social de não limpar.

e) o baixo desenvolvimento de um mercado de capitais, o que impede o financiamento de projetos de longo prazo estratégicos para o crescimento econômico.

E para encerrar, temos aqui uma consequência das assimetrias de informação e um resultado de baixo nível de competição.

Gabarito: "a"

16. (2014/FCC/TCE-CE/Auditor)

É característica dos bens públicos:

- a) Princípio da exclusão do consumo.
- b) Externalidades negativas.
- c) Consumo não rival.



- d) Custo marginal próximo a zero.
- e) Deseconomias de escala em sua produção.

Comentários:

É bem fácil encontrar a alternativa correta, até porque, pasmem, tem duas!

Depois de tudo que vimos, fica meio óbvio que o gabarito é a alternativa "c", pois o consumo não rival é característica dos bens públicos.

Acontece que o custo marginal próximo de zero é uma consequência da própria não rivalidade, o que torna "d" também correta.

Além disso, eles possuem não exclusão no consumo ("a" errada), externalidades positivas ("b" errada e economias de escala em sua produção ("e" errada).

Nesse conflito entre "c" e "d", a banca ficou com "c", deixando-nos uma importante lição: o custo marginal é próximo de zero por causa da não rivalidade, então é "c" que torna "d" correta.

Não estou dizendo que a banca está certa nesse absurdo de ter dois gabaritos, mas apenas orientando sobre o que você deve fazer nesses casos: marcar a "mais certa" ou aquela que justifica a(s) outra(s).

Gabarito: "c"

17. (2013/FCC/SEFAZ SP/Agente Fiscal de Rendas)

Associe o número do conceito na coluna à esquerda aos parênteses na coluna à direita:

- | | | | |
|---|--|-----|---------------------------|
| 1 | Bens cujo consumo é não excludente e não rival | () | Bens de consumo não rival |
| 2 | Bens cujo consumo é não excludente e rival | () | Caronas (free riders) |
| 3 | Não desejam pagar por bens não excludentes | () | Bens de propriedade comum |
| 4 | Bens cujo custo marginal de produção é nulo | () | Bens públicos |

A sequência correta é:

- a) 3, 4, 1, 2.
- b) 3, 1, 2, 4.
- c) 1, 3, 2, 4.
- d) 4, 2, 3, 1.
- e) 4, 3, 2, 1.

Comentários:



O item 1 (bem não excludente e não rival) traz características dos bens públicos puros, e por isso deve ser colocado na última linha. Somente com essa informação, já sabemos que o gabarito **tem de ser D ou E**, mas vamos adiante.

No item 2, temos os bens quase públicos, também chamados de bens de propriedade comum, dos quais citamos como exemplos os peixes do mar, posto que não é possível excluir seu consumo, mas o consumo por indivíduo impeça o consumo por outro. Já podemos marcar o gabarito, que é a alternativa D. Mas não deixe de estabelecer as outras relações para fixar o conteúdo, ok?

O item 3 caracteriza com precisão os "caronas".

Por fim, o item 4 mostra uma característica importante de qualquer bem não rival no consumo, decorrente do fato de não haver custo adicional para oferecer ele para qualquer indivíduo. O custo marginal de oferecer um passeio no parque para um indivíduo a mais é nulo, por exemplo.

Gabarito: "e"

18. (2019/FCC/AFAP/Economista/Analista de Fomento)

No campo das finanças públicas, uma das teorias mais conhecidas é a da tragédia dos comuns. Trata-se de teoria sobre o comportamento social exposta no célebre artigo *The Tragedy of the Commons*, de Garret Hardin, em 1968. Em linhas gerais, a teoria sustenta que o uso descoordenado de recursos de propriedade de todos tende a levá-los ao exaurimento.

(Adaptado de: DE OLIVEIRA, Weder. Curso de Responsabilidade Fiscal. Belo Horizonte: Fórum, 2013. p. 60)

O excerto acima é um exemplo de falha na função econômica do estado conhecida como

- a) "alocativa", sendo as demais conhecidas como "distributiva" e "estabilizadora".
- b) "distributiva", sendo as demais conhecidas como "alocativa" e "estabilizadora".
- c) "retributiva", sendo as demais conhecidas como "sancionatória" e "distributiva".
- d) "fomentadora", sendo as demais conhecidas como "distributiva" e "estabilizadora".
- e) "sancionatória", sendo as demais conhecidas como "alocativa" e "estabilizadora".

Comentários:

As três funções são: alocativa, distributiva e estabilizadora. Isso já elimina as alternativas "c", "d" e "e".

Resta sabermos se a tragédia dos comuns diz respeito à função alocativa ou distributiva. Observe que ela trata da (má) disponibilização de bens públicos, algo inerente à função alocativa.

Gabarito: "a"



19. (2015/FMP/ICMS-MT/Auditor do Estado de Mato Grosso)

Sobre as funções econômicas do setor público, selecione a alternativa que preenche corretamente a frase:

A função do governo está relacionada com a intervenção do Estado na economia, para alterar o comportamento dos preços e emprego, pois o pleno emprego e a estabilidade de preços não acontecem de maneira automática.

- a) estabilizadora.
- b) alocativa.
- c) distributiva.
- d) de crescimento econômico.
- e) fiscalizadora.

Comentários:

Os objetivos da função estabilizadora, de fato, se referem principalmente à promoção do crescimento com estabilidade da moeda e manutenção de alto índice de emprego, algo compatível com o pleno emprego.

Gabarito: "a"

20. (2014/VUNESP/TJ PA/Analista Judiciário - Economia)

A função do governo associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos adequadamente pelo sistema de mercado é denominada

- a) produtiva.
- b) alocativa.
- c) distributiva.
- d) estabilizadora.
- e) arrecadadora.

Comentários:

A função alocativa consiste, basicamente, no fornecimento de bens públicos, ou seja, de bens que não seriam oferecidos pelo mercado.

Gabarito: "b"

21. (2019/FCC/AFAP/Analista de Fomento)

Um exemplo de materialização da função estabilizadora do governo é dada

- a) pelo provimento de bens meritórios.
- b) pela redistribuição de renda por meio da política fiscal.



- c) pela condução da política monetária.
- d) pela produção de bens públicos.
- e) pela fixação de impostos progressivos.

Comentários:

A alternativa "a" pode ser considerada, em alguns casos, como combinação das funções distributiva e alocativa, quando o governo provê bens à população mais pobre, que não seriam ofertados pelo mercado, como saúde e educação.

A redistribuição de renda por meio da política fiscal é uma manifestação evidente da função distributiva.

Já a condução da política monetária está muito mais relacionada a função estabilizadora do governo, especialmente em relação à estabilidade do poder de compra da moeda.

A produção de bens públicos é relacionada à função alocativa.

Por fim, a fixação de impostos progressivos, que são aqueles que oneram mais quem pode pagar mais, é uma forma de cumprir a função distributiva.

Gabarito: "c"

22. (2013/VUNESP/FUNDAÇÃO CASA/Analista Administrativo)

Políticas econômicas consistem em um conjunto de medidas tomadas pelo governo de um país com o objetivo de atuar e influir sobre os mecanismos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. De uma maneira geral, pode-se classificar as políticas econômicas em três tipos, segundo os objetivos governamentais: estruturais, de estabilização conjuntural e de expansão. Nesse contexto, o governo tem várias funções; dentre elas, pode-se destacar aquela em que é realizada por meio das transferências, dos impostos e dos subsídios governamentais, de determinadas classes sociais ou regiões para outras de menor renda. Essa função é denominada

- a) distributiva.
- b) alocativa.
- c) estabilizadora.
- d) equalizadora.
- e) logística.

Comentários:

A função do governo que "é realizada por meio das transferências, dos impostos e dos subsídios governamentais, de determinadas classes sociais ou regiões para outras de menor renda" é a função distributiva.

Nenhuma novidade aqui.

Gabarito: "a"



23. (2014/VUNESP/SP-URBANISMO/Analista - Financeira e Orçamentária)

A aplicação das diversas políticas econômicas a fim de promover o emprego, o desenvolvimento e a estabilidade, diante da incapacidade do mercado em assegurar o atingimento de tais objetivos, é a função do governo denominada

- a) social.
- b) estabilizadora.
- c) alocativa.
- d) distributiva.
- e) progressiva.

Comentários:

Veja como a definição da banca da função estabilizadora do governo está alinhada com o que vimos nesta aula, não é?

Gabarito: "b"

24. (2015/VUNESP/PREF SP/Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental)

São exemplos de política alocativa, estabilizadora e distribuidora do Estado, respectivamente,

- a) o Plano de Metas, o Plano Cruzado e o Plano Verão.
- b) o Plano de Metas, o Plano Real e o Programa Bolsa Família.
- c) a criação do Banco Central, o Programa de Aceleração do Crescimento e o Programa Bolsa Família.
- d) o Plano Collor, o Plano Real e o Programa Bolsa Escola.
- e) o Plano de Metas, o II Plano Nacional de Desenvolvimento e o Plano Real.

Comentários:

Apenas o Plano de Metas, entre os itens que aparecem primeiro em cada alternativa, é um candidato a política alocativa, o que nos permite eliminar as opções "c" e "d".

Das que sobraram, apenas "e" não serve, pois o II PND é um exemplo de política alocativa, e não estabilizadora.

Entre "a" e "b", possíveis gabaritos, resta-nos avaliar qual, entre o Plano Verão e o Programa Bolsa Família, é um exemplo de política distribuidora. Aí ficou fácil, já que o Programa Bolsa Família é o principal exemplo desse tipo de política.

Gabarito: "b"



25. (2018/IBFC/SEPLAG SE/Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental)

A ação do governo através da política fiscal abrange as três funções básicas das finanças públicas: a função alocativa, a função distributiva e a função estabilizadora. A educação e a saúde, quando bem distribuídas e ofertadas de forma igualitária, tendem a garantir o mínimo social na medida em que garantem que todos tenham um padrão mínimo de bem-estar, na medida em que visam reduzir a sensação de exclusão da sociedade causada por diferenças da renda, e na medida em que visam eliminar as vantagens desproporcionais na educação. Diante dessa análise, responda a alternativa correta:

- a) a função distributiva se propõe a promover o ajustamento na distribuição da renda mas sem se preocupar com a garantia de oferta de bens e serviços para a população menos assistida ou em situação de pobreza
- b) a função alocativa, diferente do que parece indicar o nome a ela atribuído, não busca promover ajustamentos na alocação de recursos
- c) a função estabilizadora não busca promover a manutenção da estabilidade econômica, vez que não há como se falar em estabilidade na economia. A função estabilizadora, por essa razão, não se relaciona com o uso da política orçamentária com o objetivo de manter o pleno emprego
- d) a função distributiva refere-se à organização da distribuição da renda, resultante dos fatores de produção – capital, trabalho e terra – e da venda dos serviços desses fatores no mercado. Ela pode ser feita por meio do mecanismo das transferências, dos impostos progressivos e dos subsídios para assegurar conformidade com o que a sociedade considera uma situação justa de distribuição.

Comentários:

Você deveria ficar feliz quando aparece uma questão extensa dessas no material. Ela é uma valiosa fonte de revisão, de forma que considero os comentários da banca suficientes aqui para marcarmos a alternativa "d".

Nas provas, já não é tão agradável ter que ler tanto...

Vejamos os erros das demais alternativas.

a) a função distributiva se propõe a promover o ajustamento na distribuição da renda mas sem se preocupar com a garantia de oferta de bens e serviços para a população menos assistida ou em situação de pobreza

As funções do Estado não são isoladas uma da outra. Então, embora a função alocativa seja a mais relacionada ao fornecimento de bens públicos, a função distributiva também se preocupa com a situação dessa oferta para a população menos assistida.

b) a função alocativa, diferente do que parece indicar o nome a ela atribuído, não busca promover ajustamentos na alocação de recursos

A função trata de corrigir falhas de mercado que levam a alocações ineficientes, ou seja, busca sim promover o ajustamento da alocação de recursos.



c) a função estabilizadora não busca promover a manutenção da estabilidade econômica, vez que não há como se falar em estabilidade na economia. A função estabilizadora, por essa razão, não se relaciona com o uso da política orçamentária com o objetivo de manter o pleno emprego

É claro que a função estabilizadora busca promover a estabilidade econômica. Claro que isso também é quase uma utopia, e o que se pode fazer é atenuar oscilações, e talvez dê certo, talvez piore tudo. Mas dizer que "não busca" está errado.

Gabarito: "d"

26. (2018/IADES/IGEPREV-PA/Analista de Investimentos)

A teoria econômica identifica três funções principais para o governo: a função alocativa, a distributiva e a estabilizadora. Com base nessa informação e considerando o papel das políticas monetária e fiscal, assinale a alternativa correta.

- a) O Banco Central é o órgão responsável pela implantação das políticas monetária e fiscal do governo.
- b) Por meio da política monetária, o governo promove a distribuição de renda, cumprindo a respectiva função distributiva.
- c) As condições de liquidez da economia são definidas a partir da política fiscal adotada.
- d) O governo cumpre a própria função alocativa quando utiliza a política monetária para garantir crescimento econômico com estabilidade de preços.
- e) A política fiscal é o instrumento utilizado pelo governo para definir o nível de tributação e gastos públicos da economia.

Comentários:

Embora o Banco Central seja o responsável pela implantação da política monetária, política fiscal não é com ele, o que torna a alternativa "a" errada.

A política monetária não permite direcionamento, ela afeta a todos de forma equivalente, ao determinar as condições de liquidez da economia como um todo. É por meio da política fiscal que o governo exerce sua função distributiva. Por isso, as alternativas "b" e "c" não podem ser nosso gabarito.

A alternativa "d" descreve a função estabilizadora, mas a nomeia como alocativa.

Sobrou apenas a alternativa "e", cuja definição de política fiscal é correta.

Gabarito: "e"

27. (2016/FGV/IBGE/Tecnologista - Economia)

Associe as funções do Estado a suas respectivas características:

1. Alocativa



2. Estabilizadora

3. Distributiva

() A arrecadação de um tributo sobre movimentações financeiras pode ser destinada a melhorar os serviços públicos de saúde, utilizados principalmente pelos mais pobres.

() A escolha pelo voto de um político pode ser entendido como um mecanismo revelador das preferências verdadeiras do eleitorado.

() O abandono do regime de metas inflacionárias tende a abalar o nível de confiança do consumidor e das empresas.

A associação correta, de cima para baixo, é:

a) 1, 2 e 3;

b) 1, 3 e 2;

c) 2, 1 e 3;

d) 3, 2 e 1;

e) 3, 1 e 2.

Comentários:

(3) *A arrecadação de um tributo sobre movimentações financeiras pode ser destinada a melhorar os serviços públicos de saúde, utilizados principalmente pelos mais pobres.*

Diante do redirecionamento dessa renda, captada via tributação, para a população mais pobre, fica claro que estamos falando da função distributiva.

(1) *A escolha pelo voto de um político pode ser entendido como um mecanismo revelador das preferências verdadeiras do eleitorado.*

Um dos problemas relacionados aos bens públicos é que o consumidor não revela, de forma direta, quais bens deseja e quanto está disposto a pagar por eles. Entretanto, o processo eleitoral é considerado uma forma indireta de descobrir o que a sociedade anseia. Um candidato cuja campanha seja pautada na segurança pública, se eleito, pode interpretar que a sociedade deseja mais segurança pública. Sendo o fornecimento de bens públicos o cerne da função alocativa, temos nossa relação estabelecida.

(2) *O abandono do regime de metas inflacionárias tende a abalar o nível de confiança do consumidor e das empresas.*

Ao estabelecer metas, o governo deixa claro como os objetivos da política econômica serão perseguidos, além de proporcionar uma forma de mensurar o sucesso obtido. Dessa forma, a sociedade passa a contar com maior previsibilidade sobre os rumos da economia, o que traz estabilidade para o sistema como um todo. Abandonar as metas de inflação passa o recado para a sociedade, mesmo que não intencional, de que o governo não vai se preocupar com a moeda, e isso é um claro exemplo de mau desempenho da função estabilizadora.

Gabarito: "e"



28. (2016/IBFC/CM ARARAQUARA/Agente de Controle Interno)

Nos Estados modernos, a política de gastos, ou política fiscal do governo, tem três principais funções: distributiva, estabilizadora e alocativa. Assinale a alternativa que apresenta a ordem correta, de cima para baixo, dessas funções financeiras.

() Diz respeito ao fornecimento de bens públicos, que são aqueles cuja utilização por um indivíduo não implica a indisponibilidade para os outros indivíduos. Como o mercado não tem mecanismos de fornecimento e financiamento desses bens, o governo deve oferecê-los à sociedade.

() É a mais complexa das três. Ocupando uma posição de destaque na determinação da política fiscal e dos pagamentos de transferências. Tem como objetivo distribuir a renda, e a riqueza à população de modo mais equilibrado, minimizando diferenças que o sistema de mercado provoca em sua distribuição.

() Proposta pela teoria Keynesiana, tem por objetivo alcançar um elevado nível de emprego, uma razoável estabilidade no nível de preços, o equilíbrio na balança de pagamentos e uma aceitável taxa de crescimento econômico. Essa função regula a sintonia entre a oferta e a demanda agregada da economia.

- a) Função Alocativa- Função Distributiva- Função Estabilizadora.
- b) Função Estabilizadora - Função Alocativa- Função Distributiva
- c) Função Distributiva- Função Estabilizadora - Função Alocativa.
- d) Função Alocativa- Função Estabilizadora - Função Distributiva

Comentários:

Se falar em fornecimento de bens públicos, é quase certo que está falando da função alocativa, especialmente se citar a incapacidade ou desinteresse do mercado em ofertar esses bens. Isso nos deixa entre as alternativas "a" e "d".

Mas quando o segundo item cita "o objetivo de distribuir renda", é preciso algum esforço para errar a questão, não?

Gabarito: "a"

29. (2016/AOCP/PREFEITURA DE JUIZ DE FORA/Economista)

No Brasil, a participação do Estado na economia tem apresentado crescimento desde a década de 1950. Uma implicação desse crescimento é a elevação da despesa total do setor público, bem como a necessidade da ampliação da arrecadação para fazer frente a tais despesas. Além do crescimento apresentado pelo governo, o papel deste modificou-se substancialmente ao longo do tempo. São atribuições econômicas governamentais:

- a) manter a estabilidade econômica, promover ajustamento na alocação de recursos e na distribuição de renda.
- b) promover ajustamento na alocação de recursos, manter a estabilidade econômica e assegurar a liquidez dos bancos comerciais privados.
- c) promover ajustamento na alocação de recursos da propriedade privada.



- d) promover ajustamento na alocação de recursos, manter a estabilidade econômica e garantir o livre mercado.
- e) manter a estabilidade econômica, promover ajustamento na alocação de recursos e a supervisão do sistema financeiro.

Comentários:

A questão quer apenas que você apresente as funções do governo, apesar de usar termos um pouco diferentes dos que são mais comuns.

De toda forma, na alternativa "a" temos as funções estabilizadora, alocativa e distributiva corretamente estabelecidas.

Faço algumas observações a respeito das demais opções que podem causar dúvidas.

Assegurar a liquidez dos bancos comerciais privados não é um papel do governo. Do contrário, é importante que os bancos saibam que não terão resgates governamentais caso tenham problemas, pois isso tenderia a torná-los mais conservadores. Existem mecanismos de segurança para evitar problemas, mas não é atribuição do governo assegurar a liquidez dessas instituições financeiras.

O livre mercado é uma visão idealizada onde tudo ocorre sem a intervenção do governo. Chega a ser paradoxal atribuir essa função ao governo. Não confunda com livre concorrência ou livre iniciativa, essas sim atribuições constitucionais do Estado Brasileiro.

A supervisão do sistema financeiro é uma atribuição do Estado, mas muito mais específica do que a função distributiva. Nessa batalha entre alternativa "a" e "e", temos uma clara vencedora.

Gabarito: "a"

30. (2015/FGV/DPE MT/Economista)

Segundo muitos analistas, a economia brasileira apresentou um crescimento próximo de 0% em 2014. Aliado a uma taxa de inflação próxima de 6,5%, podemos dizer que a economia se encontra em um cenário de estagflação, mas ainda mantendo uma baixa taxa de desemprego. Nesse sentido, o governo não tem cumprido totalmente a sua função

- a) alocativa, por meio da política fiscal.
- b) distributiva, por meio da política monetária.
- c) estabilizadora, por meio de uma combinação das políticas monetária e fiscal.
- d) estabilizadora, por meio do melhor provimento de serviços públicos.
- e) alocativa, por meio da elevação das contribuições relativas a seguridade social.

Comentários:

É a função estabilizadora que busca crescimento econômico, estabilidade de preços (inflação sob controle) e pleno emprego.



Sua execução ocorre por meio das políticas econômicas, das quais se destacam a fiscal e a monetária.

No caso narrado, temos que há inflação sem crescimento, ou seja, o governo não vem cumprindo a contento sua função estabilizadora.

Dessa forma, a alternativa "c" é nosso gabarito.

Gabarito: "c"

31. (2015/FCC/TCM-RJ/Auditor Substituto de Conselheiro)

A função desenvolvida pelo Estado com o objetivo de assegurar o ajustamento necessário na apropriação de recursos na economia, visando a correção das imperfeições inerentes à própria lógica de mercado, denomina-se função

- a) normativa.
- b) distributiva.
- c) estabilizadora.
- d) administrativa.
- e) alocativa.

Comentários:

Das falhas de mercado decorrem os bens públicos, cujo fornecimento é o cerne da função alocativa do governo. Por isso, a alternativa "e" é o gabarito.

Gabarito: "e"



LISTA DE QUESTÕES

1. (2019/FCC/AFAP/Analista de Fomento - Economista)

Uma característica básica dos bens públicos é que

- a) são rivais e não exclusivos.
- b) as pessoas podem ser impedidas de consumi-los.
- c) são exclusivos e não rivais.
- d) apresentam custo marginal de produção igual a zero para um consumidor adicional.
- e) são rivais e exclusivos.

2. (2016/IBFC/CM ARARAQUARA/Agente de Controle Interno)

Nos Estados modernos, a política de gastos, ou política fiscal do governo, tem três principais funções: distributiva, estabilizadora e alocativa. Assinale a alternativa que apresenta a ordem correta, de cima para baixo, dessas funções financeiras.

() Diz respeito ao fornecimento de bens públicos, que são aqueles cuja utilização por um indivíduo não implica a indisponibilidade para os outros indivíduos. Como o mercado não tem mecanismos de fornecimento e financiamento desses bens, o governo deve oferecê-los à sociedade.

() É a mais complexa das três. Ocupando uma posição de destaque na determinação da política fiscal e dos pagamentos de transferências. Tem como objetivo distribuir a renda, e a riqueza à população de modo mais equilibrado, minimizando diferenças que o sistema de mercado provoca em sua distribuição.

() Proposta pela teoria Keynesiana, tem por objetivo alcançar um elevado nível de emprego, uma razoável estabilidade no nível de preços, o equilíbrio na balança de pagamentos e uma aceitável taxa de crescimento econômico. Essa função regula a sintonia entre a oferta e a demanda agregada da economia.

- a) Função Alocativa- Função Distributiva- Função Estabilizadora.
- b) Função Estabilizadora - Função Alocativa- Função Distributiva
- c) Função Distributiva- Função Estabilizadora - Função Alocativa.
- d) Função Alocativa- Função Estabilizadora - Função Distributiva

3. (2019/FCC/AFAP/Analista de Fomento - Crédito)

Uma situação passível de consideração na análise dos tipos de bens é a figura do "carona". Ele

- a) estimula a produção de bens públicos.
- b) existe quando os bens são exclusivos.
- c) dificulta a oferta eficiente de bens pelos mercados.
- d) não é passível de solução.
- e) é uma característica inerente aos bens privados.



4. (2018/FCC/SABESP/Analista de Gestão - Economia)

No tocante aos bens públicos,

- a) para qualquer nível específico de produção, o custo marginal de sua produção é crescente para um consumidor adicional, uma vez que são bens “não rivais”.
- b) seu nível eficiente de provisão, diferentemente dos bens privados, não se dá quando o custo marginal se iguala ao benefício marginal percebido por todos os usuários que usufruem do bem.
- c) os consumidores podem ser impedidos de seu consumo, porque são bens “não exclusivos”.
- d) observada a característica de não exclusividade, falhas alocativas podem ocorrer em função dos chamados “consumidores caronas”, isto é, aqueles que não pagam pelo bem, na expectativa de que outros o façam.
- e) estes não podem, sob hipótese alguma, ser ofertados privadamente.

5. (2015/FCC/TCM-GO/Auditor Conselheiro Substituto)

Os bens públicos têm por característica serem

- a) bens rivais e excludentes.
- b) bens rivais e não excludentes.
- c) bens não rivais e excludentes.
- d) apenas bens não excludentes, podendo ser rivais ou não rivais.
- e) bens não rivais e não excludentes.

6. (2013/FCC/SEFAZ SP/Agente Fiscal de Rendas - Gestão Tributária)

Associe o número do conceito na coluna à esquerda aos parênteses na coluna à direita:

1. Mercado de créditos de carbono.	(....) Bens de consumo não rival.
2. Bens cujo consumo é não excludente e não rival.	(....) Caronas (<i>free riders</i>).
3. Bens cujo consumo é não excludente e rival.	(....) Licenças negociáveis para poluir.
4. Não desejam pagar por bens não excludentes.	(....) Bens de propriedade comum.
5. Bens cujo custo marginal de produção é nulo.	(....) Bens públicos.

A sequência correta é:

- a) 1, 4, 5, 2, 3.
- b) 1, 3, 5, 2, 4.
- c) 4, 3, 1, 2, 5.
- d) 5, 4, 1, 3, 2.
- e) 5, 3, 4, 1, 2.

7. (2013/FCC/TCE-SP/Auditor do Tribunal de Contas do Estado)

São características apresentadas simultaneamente pelos bens públicos:



- a) Consumo rival e possibilidade de exclusão no seu consumo de quem não se disponha a pagar pelo bem.
- b) Externalidades positivas e consumo rival.
- c) Consumo não rival e impossibilidade de exclusão do seu consumo de quem não se disponha a pagar pelo bem.
- d) Externalidades negativas e possibilidade de exclusão do seu consumo por quem não se disponha a pagar pelo bem.
- e) Utilidade marginal decrescente e externalidades negativas.

8. (2012/VUNESP/PREFEITURA DE SJC/Analista em Gestão Municipal)

A obtenção, criação, dispêndio e gestão de recursos materiais e serviços com a finalidade de satisfação das necessidades coletivas conceituam o que se entende por

- a) macroeconomia.
- b) microeconomia.
- c) contabilidade aplicada ao setor público.
- d) finanças públicas.
- e) finanças internacionais.

9. (2016/INSTITUTO AOCP/EBSERH/Analista Administrativo - Economia)

"[...] Mas é só por seu próprio proveito que um homem emprega seu capital em apoio da indústria; por tanto, sempre se esforçará em usar na indústria, cujo produto tenda a ser de maior valor ou em trocar pela maior quantidade possível de dinheiro ou outros bens... Nisto está, como em outros muitos casos, guiado por uma mão invisível para atingir um fim que não fazia parte de sua intenção. E também não é o pior para a sociedade que isto seja assim. Ao buscar seu próprio interesse, o homem com frequência favorece o da sociedade melhor que quando realmente deseja o fazer [...]". A citação apresentada expressa o funcionamento do capitalismo (e a defesa do livre mercado) na concepção de

- a) Michal Kalecki.
- b) Karl Marx.
- c) John Stuart Mill.
- d) Adam Smith.
- e) John Maynard Keynes.

10. (2018/VUNESP/PREFEITURA DE SJC/Economista)

São três as funções básicas do governo, sendo que uma delas envolve transferências e subsídios. Trata-se da função

- a) estabilizadora.
- b) judiciária.



- c) distributiva.
- d) alocativa.
- e) reguladora.

11. (2019/FCC/AFAP/Analista de Fomento - Economista)

Um objetivo expansionista, tudo mais constante, pode ser alcançado por uma política

- a) fiscal que aumente o gasto do governo.
- b) fiscal que altere alíquotas de tributos, mantendo a arrecadação constante.
- c) monetária que reduza os agregados monetários.
- d) fiscal que reduza o endividamento público.
- e) monetária que aumente a taxa básica de juros da economia.

12. (2019/FCC/AFAP/Analista de Fomento - Crédito)

Um objetivo contracionista, tudo mais constante, pode ser alcançado por meio de uma política

- a) monetária, que reduza o recolhimento compulsório.
- b) fiscal, que aumente o gasto do governo.
- c) monetária, que aumente a taxa de redesconto.
- d) fiscal, que reduza os impostos.
- e) creditícia, que facilite os empréstimos

13. (2016/FCC/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA MS/Economista)

O redesconto é um instrumento clássico de política monetária que, se expandido,

- a) pode abrir espaço para os bancos realizarem novas operações de crédito.
- b) reduz as disponibilidades dos bancos.
- c) provoca instantâneo aumento da carteira de crédito do sistema bancário.
- d) não é utilizado em época de crise bancária.
- e) representa um imediato aumento do passivo dos bancos.

14. (2016/FCC/ELETROSUL/Economista)

Com relação aos instrumentos de política monetária

- a) o aumento do recolhimento compulsório provoca efeito contracionista no crédito.
- b) a aquisição, pelo Banco Central, de títulos de propriedade dos bancos reduz a carteira de crédito do sistema bancário.
- c) o efeito do redesconto é reduzido por não poder ser objeto de limite quantitativo.



- d) a decisão do Banco Central, em um modelo de metas de inflação, por uma redução da taxa básica de juros implica no mesmo efeito de uma elevação do recolhimento compulsório.
- e) ocorre destruição de meios de pagamento quando o Banco Central facilita às famílias seu acesso ao crédito.

15. (2015/FCC/TCE CE/Técnico de Controle Externo)

NÃO se trata de uma falha de mercado

- a) a variação dos preços agrícolas ao longo do ano, devido à presença de períodos de safra e de entressafra.
- b) a poluição de rios das grandes metrópoles.
- c) a existência de monopólios naturais.
- d) quando um morador atrai o mosquito transmissor da dengue, acumulando água parada em sua propriedade privada.
- e) o baixo desenvolvimento de um mercado de capitais, o que impede o financiamento de projetos de longo prazo estratégicos para o crescimento econômico.

16. (2014/FCC/TCE-CE/Auditor)

É característica dos bens públicos:

- a) Princípio da exclusão do consumo.
- b) Externalidades negativas.
- c) Consumo não rival.
- d) Custo marginal próximo a zero.
- e) Deseconomias de escala em sua produção.

17. (2013/FCC/SEFAZ SP/Agente Fiscal de Rendas)

Associe o número do conceito na coluna à esquerda aos parênteses na coluna à direita:

- | | | | |
|---|--|-----|---------------------------|
| 1 | Bens cujo consumo é não excludente e não rival | () | Bens de consumo não rival |
| 2 | Bens cujo consumo é não excludente e rival | () | Caronas (free riders) |
| 3 | Não desejam pagar por bens não excludentes | () | Bens de propriedade comum |
| 4 | Bens cujo custo marginal de produção é nulo | () | Bens públicos |

A sequência correta é:

- a) 3, 4, 1, 2.
- b) 3, 1, 2, 4.
- c) 1, 3, 2, 4.
- d) 4, 2, 3, 1.
- e) 4, 3, 2, 1.



18. (2019/FCC/AFAP/Economista/Analista de Fomento)

No campo das finanças públicas, uma das teorias mais conhecidas é a da tragédia dos comuns. Trata-se de teoria sobre o comportamento social exposta no célebre artigo *The Tragedy of the Commons*, de Garret Hardin, em 1968. Em linhas gerais, a teoria sustenta que o uso descoordenado de recursos de propriedade de todos tende a levá-los ao exaurimento.

(Adaptado de: DE OLIVEIRA, Weder. Curso de Responsabilidade Fiscal. Belo Horizonte: Fórum, 2013. p. 60)

O excerto acima é um exemplo de falha na função econômica do estado conhecida como

- a) "alocativa", sendo as demais conhecidas como "distributiva" e "estabilizadora".
- b) "distributiva", sendo as demais conhecidas como "alocativa" e "estabilizadora".
- c) "retributiva", sendo as demais conhecidas como "sancionatória" e "distributiva".
- d) "fomentadora", sendo as demais conhecidas como "distributiva" e "estabilizadora".
- e) "sancionatória", sendo as demais conhecidas como "alocativa" e "estabilizadora".

19. (2015/FMP/ICMS-MT/Auditor do Estado de Mato Grosso)

Sobre as funções econômicas do setor público, selecione a alternativa que preenche corretamente a frase:

A função do governo está relacionada com a intervenção do Estado na economia, para alterar o comportamento dos preços e emprego, pois o pleno emprego e a estabilidade de preços não acontecem de maneira automática.

- a) estabilizadora.
- b) alocativa.
- c) distributiva.
- d) de crescimento econômico.
- e) fiscalizadora.

20. (2014/VUNESP/TJ PA/Analista Judiciário - Economia)

A função do governo associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos adequadamente pelo sistema de mercado é denominada

- a) produtiva.
- b) alocativa.
- c) distributiva.
- d) estabilizadora.
- e) arrecadadora.



21. (2019/FCC/AFAP/Analista de Fomento)

Um exemplo de materialização da função estabilizadora do governo é dada

- a) pelo provimento de bens meritórios.
- b) pela redistribuição de renda por meio da política fiscal.
- c) pela condução da política monetária.
- d) pela produção de bens públicos.
- e) pela fixação de impostos progressivos.

22. (2013/VUNESP/FUNDAÇÃO CASA/Analista Administrativo)

Políticas econômicas consistem em um conjunto de medidas tomadas pelo governo de um país com o objetivo de atuar e influir sobre os mecanismos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. De uma maneira geral, pode-se classificar as políticas econômicas em três tipos, segundo os objetivos governamentais: estruturais, de estabilização conjuntural e de expansão. Nesse contexto, o governo tem várias funções; dentre elas, pode-se destacar aquela em que é realizada por meio das transferências, dos impostos e dos subsídios governamentais, de determinadas classes sociais ou regiões para outras de menor renda. Essa função é denominada

- a) distributiva.
- b) alocativa.
- c) estabilizadora.
- d) equalizadora.
- e) logística.

23. (2014/VUNESP/SP-URBANISMO/Analista - Financeira e Orçamentária)

A aplicação das diversas políticas econômicas a fim de promover o emprego, o desenvolvimento e a estabilidade, diante da incapacidade do mercado em assegurar o atingimento de tais objetivos, é a função do governo denominada

- a) social.
- b) estabilizadora.
- c) alocativa.
- d) distributiva.
- e) progressiva.

24. (2015/VUNESP/PREF SP/Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental)

São exemplos de política alocativa, estabilizadora e distribuidora do Estado, respectivamente,

- a) o Plano de Metas, o Plano Cruzado e o Plano Verão.
- b) o Plano de Metas, o Plano Real e o Programa Bolsa Família.



- c) a criação do Banco Central, o Programa de Aceleração do Crescimento e o Programa Bolsa Família.
- d) o Plano Collor, o Plano Real e o Programa Bolsa Escola.
- e) o Plano de Metas, o II Plano Nacional de Desenvolvimento e o Plano Real.

25. (2018/IBFC/SEPLAG SE/Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental)

A ação do governo através da política fiscal abrange as três funções básicas das finanças públicas: a função alocativa, a função distributiva e a função estabilizadora. A educação e a saúde, quando bem distribuídas e ofertadas de forma igualitária, tendem a garantir o mínimo social na medida em que garantem que todos tenham um padrão mínimo de bem-estar, na medida em que visam reduzir a sensação de exclusão da sociedade causada por diferenças da renda, e na medida em que visam eliminar as vantagens desproporcionais na educação. Diante dessa análise, responda a alternativa correta:

- a) a função distributiva se propõe a promover o ajustamento na distribuição da renda mas sem se preocupar com a garantia de oferta de bens e serviços para a população menos assistida ou em situação de pobreza
- b) a função alocativa, diferente do que parece indicar o nome a ela atribuído, não busca promover ajustamentos na alocação de recursos
- c) a função estabilizadora não busca promover a manutenção da estabilidade econômica, vez que não há como se falar em estabilidade na economia. A função estabilizadora, por essa razão, não se relaciona com o uso da política orçamentária com o objetivo de manter o pleno emprego
- d) a função distributiva refere-se à organização da distribuição da renda, resultante dos fatores de produção – capital, trabalho e terra – e da venda dos serviços desses fatores no mercado. Ela pode ser feita por meio do mecanismo das transferências, dos impostos progressivos e dos subsídios para assegurar conformidade com o que a sociedade considera uma situação justa de distribuição.

26. (2018/IADES/IGEPREV-PA/Analista de Investimentos)

A teoria econômica identifica três funções principais para o governo: a função alocativa, a distributiva e a estabilizadora. Com base nessa informação e considerando o papel das políticas monetária e fiscal, assinale a alternativa correta.

- a) O Banco Central é o órgão responsável pela implantação das políticas monetária e fiscal do governo.
- b) Por meio da política monetária, o governo promove a distribuição de renda, cumprindo a respectiva função distributiva.
- c) As condições de liquidez da economia são definidas a partir da política fiscal adotada.
- d) O governo cumpre a própria função alocativa quando utiliza a política monetária para garantir crescimento econômico com estabilidade de preços.
- e) A política fiscal é o instrumento utilizado pelo governo para definir o nível de tributação e gastos públicos da economia.



27. (2016/FGV/IBGE/Tecnologista - Economia)

Associe as funções do Estado a suas respectivas características:

1. Alocativa
2. Estabilizadora
3. Distributiva

() A arrecadação de um tributo sobre movimentações financeiras pode ser destinada a melhorar os serviços públicos de saúde, utilizados principalmente pelos mais pobres.

() A escolha pelo voto de um político pode ser entendido como um mecanismo revelador das preferências verdadeiras do eleitorado.

() O abandono do regime de metas inflacionárias tende a abalar o nível de confiança do consumidor e das empresas.

A associação correta, de cima para baixo, é:

- a) 1, 2 e 3;
- b) 1, 3 e 2;
- c) 2, 1 e 3;
- d) 3, 2 e 1;
- e) 3, 1 e 2.

28. (2016/IBFC/CM ARARAQUARA/Agente de Controle Interno)

Nos Estados modernos, a política de gastos, ou política fiscal do governo, tem três principais funções: distributiva, estabilizadora e alocativa. Assinale a alternativa que apresenta a ordem correta, de cima para baixo, dessas funções financeiras.

() Diz respeito ao fornecimento de bens públicos, que são aqueles cuja utilização por um indivíduo não implica a indisponibilidade para os outros indivíduos. Como o mercado não tem mecanismos de fornecimento e financiamento desses bens, o governo deve oferecê-los à sociedade.

() É a mais complexa das três. Ocupando uma posição de destaque na determinação da política fiscal e dos pagamentos de transferências. Tem como objetivo distribuir a renda, e a riqueza à população de modo mais equilibrado, minimizando diferenças que o sistema de mercado provoca em sua distribuição.

() Proposta pela teoria Keynesiana, tem por objetivo alcançar um elevado nível de emprego, uma razoável estabilidade no nível de preços, o equilíbrio na balança de pagamentos e uma aceitável taxa de crescimento econômico. Essa função regula a sintonia entre a oferta e a demanda agregada da economia.

- a) Função Alocativa- Função Distributiva- Função Estabilizadora.
- b) Função Estabilizadora - Função Alocativa- Função Distributiva
- c) Função Distributiva- Função Estabilizadora - Função Alocativa.
- d) Função Alocativa- Função Estabilizadora - Função Distributiva



29. (2016/AOCP/PREFEITURA DE JUIZ DE FORA/Economista)

No Brasil, a participação do Estado na economia tem apresentado crescimento desde a década de 1950. Uma implicação desse crescimento é a elevação da despesa total do setor público, bem como a necessidade da ampliação da arrecadação para fazer frente a tais despesas. Além do crescimento apresentado pelo governo, o papel deste modificou-se substancialmente ao longo do tempo. São atribuições econômicas governamentais:

- a) manter a estabilidade econômica, promover ajustamento na alocação de recursos e na distribuição de renda.
- b) promover ajustamento na alocação de recursos, manter a estabilidade econômica e assegurar a liquidez dos bancos comerciais privados.
- c) promover ajustamento na alocação de recursos da propriedade privada.
- d) promover ajustamento na alocação de recursos, manter a estabilidade econômica e garantir o livre mercado.
- e) manter a estabilidade econômica, promover ajustamento na alocação de recursos e a supervisão do sistema financeiro.

30. (2015/FGV/DPE MT/Economista)

Segundo muitos analistas, a economia brasileira apresentou um crescimento próximo de 0% em 2014. Aliado a uma taxa de inflação próxima de 6,5%, podemos dizer que a economia se encontra em um cenário de estagflação, mas ainda mantendo uma baixa taxa de desemprego.

Nesse sentido, o governo não tem cumprido totalmente a sua função

- a) alocativa, por meio da política fiscal.
- b) distributiva, por meio da política monetária.
- c) estabilizadora, por meio de uma combinação das políticas monetária e fiscal.
- d) estabilizadora, por meio do melhor provimento de serviços públicos.
- e) alocativa, por meio da elevação das contribuições relativas a seguridade social.

31. (2015/FCC/TCM-RJ/Auditor Substituto de Conselheiro)

A função desenvolvida pelo Estado com o objetivo de assegurar o ajustamento necessário na apropriação de recursos na economia, visando a correção das imperfeições inerentes à própria lógica de mercado, denomina-se função

- a) normativa.
- b) distributiva.
- c) estabilizadora.
- d) administrativa.
- e) alocativa.



GABARITO

1. D	8. D	15.A	22.A	29.A
2. A	9. D	16.C	23.B	30.C
3. C	10.C	17.E	24.B	31.E
4. D	11.A	18.A	25.D	
5. E	12.C	19.A	26.E	
6. D	13.A	20.B	27.E	
7. C	14.A	21.C	28.A	



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.